

Costa Gomes volta sem acordo econômico

PARIS (AP) - O ministro das Relações Exteriores português, Costa Gomes, voltou de uma viagem de três dias à URSS sem qualquer acordo econômico.

De acordo com o ministro, a delegação portuguesa não conseguiu chegar a um acordo com a URSS sobre a criação de uma comissão mista para estudar a possibilidade de estabelecer relações comerciais e econômicas entre os dois países.

Grave incidente em Beirutas com levantamento de armas

BEIRUTAS - Um grupo de soldados do Exército Sírio levantou as armas em Beirutas durante a visita de um alto representante português. O incidente ocorreu na noite de 1 de outubro, quando o general português estava em uma reunião com autoridades locais.

O general português foi obrigado a abandonar o local e a evacuação de suas tropas ocorreu sem incidentes.

Pedidos de transferência na P.M. e no Copcon

BRASÍLIA - O ministro das Relações Exteriores, Américo de Oliveira, pediu a transferência de alguns membros do Conselho Político para o Brasil e do Conselho de Cooperação Econômica da América Latina (Copcon).

Franco Charais: "Com a revolução do MFA ou com outra revolução?"

LISBOA - O ministro das Relações Exteriores português, Franco Charais, afirmou que a revolução do Movimento das Forças Armadas (MFA) ou outra revolução poderia trazer mudanças significativas para Portugal.

Meio Antunes sobre as relações diplomáticas com a Espanha

LISBOA - O ministro das Relações Exteriores português, António de Almeida Santos, afirmou que as relações diplomáticas com a Espanha estão em um estágio de desenvolvimento positivo.

Expresso

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - PUBLICADO EM PORTUGAL - 1975 - Nº 184 - 4 OUTUBRO 1975 - 1000

Pinheiro de Azevedo ao EXPRESSO: 1 de Outubro foi manobra para confrontar unidades militares

PARIS (AP) - O ministro das Relações Exteriores português, Pinheiro de Azevedo, afirmou que o dia 1 de outubro foi uma manobra para confrontar unidades militares.



Pinheiro de Azevedo afirmou que o dia 1 de outubro foi uma manobra para confrontar unidades militares. Ele mencionou que houve uma reunião com representantes de várias unidades militares e que o objetivo era discutir a situação atual e as perspectivas futuras.

De acordo com o ministro, a reunião foi realizada em um ambiente de respeito mútuo e de diálogo. Ele destacou que o Exército português está comprometido com a democracia e com a estabilidade do país.

Advertisement for OMEGA DYNAMIC watches. It features an image of two watches and the text: 'Um relógio que se renova. É jovem, é moderno.' Below the image, it says 'Documento Costa Martins'.

Conselho da Europa Ajuda a Portugal sem condições políticas

BRUXELAS - O Conselho da Europa decidiu ajudar Portugal sem condições políticas. A decisão foi tomada durante uma reunião em Bruxelas.

No último CR: "Comuna de Lisboa" sem hipótese

LISBOA - O Conselho de Regência afirmou que não há hipótese de uma "Comuna de Lisboa". A declaração foi feita durante uma reunião em Lisboa.

O Conselho de Regência também mencionou a situação econômica do país e a necessidade de reformas estruturais para promover o crescimento.

Costa Gomes na URSS e Polónia sob o signo de Helsinquia

BRASÍLIA - O ministro das Relações Exteriores português, Costa Gomes, afirmou que a visita à URSS e à Polónia ocorreu sob o signo de Helsinquia.



Costa Gomes afirmou que a visita à URSS e à Polónia foi muito produtiva e que se estabeleceram boas relações com os dois países.

Análise de crise político-militar

PARIS - Uma análise de crise político-militar em Portugal. O texto discute as tensões existentes entre o governo e as forças armadas.

Hipóteses de evolução

PARIS - Uma análise de hipóteses de evolução política e econômica em Portugal. O texto discute diferentes cenários possíveis para o futuro do país.

Advertisement for OMEGA DYNAMIC watches. It features an image of two watches and the text: 'Um relógio que se renova. É jovem, é moderno.'

# 24 horas em notícia

## Costa Gomes volta sem acordo económico

PARA ALÉM de uma declaração política descaída sobre o Acto Final de Hibernação (ver reportagem do mesmo enviado nesta página), a visita de Costa Gomes à URSS não teve grandes resultados no domínio económico, a avaliar pelos comunicados assinados pelas duas partes, distribuídos à imprensa na noite de ontem.

Mas é de salientar que, na esfera do comércio — a mais ditada nos textos oficiais — surgem referências ao sector dos transportes e no campo em que tal ramo mais tem dado que falar nos últimos tempos: a navegação. Com efeito, os trabalhadores do mar em greve no porto de Lisboa têm aladido a uma "liquidação da marinha mercante nacional", que tenderia a ser substituída por frotas aludadas com companhias soviéticas. Segundo os grevistas da CUN, entram por dia no porto de Lisboa 3 navios de armadores da URSS, ao passo que a medida de chegada de barcos portugueses se restringe à unidade.

## Grave incidente em Beirolas com levantamento de armas

NA TARDE de ontem, um grupo de militares do CIAAC, comandado pelo capitão Godinho e sob a supervisão de um oficial do COPCON (major Vargas Cardoso) apresentou-se no Depósito Geral de Material de Guerra de Beirolas para levantar 3000 G3, para defesa do seu quartel. Eram portadores de uma credencial assinada pelo general Otelo, sendo esta requisição parte de um plano de equipamento de unidades que foi elaborado pelo COPCON.

Aproveceu então o major Dinis de Almeida (RALIS), acompanhado do capitão Matos Gomes (ex-oficial dos Comandos) que, depois de ter insultado e desafiado para os tiros, tanto o major Vargas como o capitão do CIAAC, seguiu ao coronel comandante do DGMG que não cumprires a ordem do general Otelo e recusasse o fornecimento de armas. Na verdade, os militares do CIAAC abandonaram Beirolas sem poderem levar as armas que lhes tinham sido distribuídas.

Durante as violentas discussões travadas, o principal argumento apresentado por Dinis de Almeida foi o seguinte: como é inevitável a guerra civil, quanto maior for o potencial de fogo que estiver à sua disposição, menores serão os custos em sangue pois tem a certeza de que a vitória será sua. O major Dinis de Almeida exigia que, no mínimo, a entrega dessas armas fosse adiada por 24 horas.

Recorda-se que, segundo fontes fidedignas, que este oficial

tem declarado que está preparado para armar populares com as armas que se encontram em Beirolas, de onde já saíram alguns milhares de metralhadoras com destino desconhecido.

Posteriormente, realizou-se uma reunião no CIAAC para estudar a situação e analisar as implicações do facto de o oficial do RALIS considerar essa unidade como um inimigo potencial.

## Pedidos de transferência na P.M. e no Copcon

O NÚMERO de oficiais, tanto do quadro como milicianos, que apresentaram os seus pedidos de transferência da PM atingiu já as duas dezenas, a que se deve juntar um número também substancial de sargentos. Este movimento de abandono tem-se vindo a desenvolver nos últimos dias e prevê-se que aumente de intensidade na próxima semana. Uma das razões que tem evitado que mais oficiais peçam a sua demissão da PM é o facto de muitos viverem nas instalações do quartel.

Admite-se que, a partir de segunda-feira, o Batalhão de Instrução fique praticamente sem quadros, sejam oficiais ou sargentos.

Também no COPCON foram apresentados pelo menos três pedidos de transferência por parte de oficiais. Tem especial significado o abandono voluntário do COPCON e consequente apresentação ao Estado-Maior do Exército do major Paz, encarregado do inquérito sobre o desaparecimento de armas. Este global sugeriu que o inquérito seja constituído por um militar de patente superior à do general Sáflaviz de Carvalho.

## Franco Charais: "Com a revolução do MFA ou com outra revolução?"

ONTEM, cerca das 18 horas, teve lugar no Quartel Geral da Região Militar do Centro, em Coimbra, uma conferência de imprensa, mandada convocar pelo brigadeiro Charais, nessa mesma manhã, espontaneamente como resposta à conferência de imprensa que o SUV tinha organizado na véspera na mesma cidade. Ladeavam o brigadeiro Charais alguns oficiais da sua confiança, como o Ten. Coronel Seco, o capitão Brandão e o major Cers.

Assuntos tratados, quer na exposição do comandante militar do Centro, quer no período de perguntas que se seguiu: o SUV, o 6.º Governo e a revolução. Em resposta a perguntas, o brigadeiro Charais considerou que os SUV quer oficiais (referidos na pergunta de um jornalista) como Vasco Gonçalves, Costa Martins ou Corvocho como pertencendo a franjas do MFA, mas não por isso deixando de ter o seu lugar no processo.

Referindo-se à coesão das Forças Armadas disse: «...Têm sido constantes os ataques ao MFA, ataques que visam a separação povo-MFA. Esta separação terá sem dúvida efeito na unidade, coesão e disciplina das FA, e serão destruídas.

Para que a revolução portuguesa prosiga o seu caminho continuo a ver como vector fundamental o MFA e as Forças Armadas. No estado político actual do país é a única força que permitirá obter a base social de apoio tão necessária para combater as forças da contra-revolução. Os nossos revolucionários civis e militares terão que se aperceber o mais rapidamente possível que o Terreiro do Paço ou o Rossio cheios de manifestantes são bem pequenos comparados com as Beiras...

«Os partidos incitando à indisciplina, à separação dos quadros das praças são numerosos. Por trás dos seus organizadores, apesar de escondidos atrás de clandestinidade, apercebem-se oficiais dissidentes do MFA e de partidos políticos. Estes acontecimentos não preocupam o MFA pois os nossos soldados, sargentos e oficiais e principalmente as populações do nosso país... em breve se aperceberão que este tipo de manobra... pertence a outra revolução ou, o que é mais certo, à própria contra-revolução.»

Mais adiante referindo-se à imprensa: «É muito constante que os órgãos de comunicação social terão de resolver se estão com a revolução, contra a revolução ou com qualquer outra revolução que não a do MFA.»

E a seguir: «O MFA quer uma revolução com objectivos e ritmos, pode ser que não se encontre o tal processo original de condução ao socialismo — o comando do ritmo. Não significa isso sem moderação sem reformismo. Significa que temos consciência de que Portugal como país em vias de desenvolvimento tem uma deficiente taxa de população urbanizada e assimetrias flagrantes: campo-cidade, níveis de rendimento norte-sul, níveis intelectuais e literários. Se o ritmo de revolução não for controlado, sumarão as contradições que se transformarão em conflitos.»

## R.T.P. apoia VI Governo

OS TRABALHADORES da RTP de Lisboa decidiram secundar a posição dos camaradas do Porto, que em plenário afirmaram o seu apoio às medidas de ocupação das estações emissoras, que consideraram «justas e necessárias.»

Na sequência desta tomada de posição, foi ainda tomada pública a decisão dos trabalhadores de contribuir para o restabelecimento da tranquilidade e de ser assegurado que a RTP não transmitirá programas ou notícias que, pela sua índole, incitem à violência e à anarquia.

A mesma tomada de posição assegura que a vontade dos trabalhadores da RTP não é a que foi expressa pelo departamento informativo da RTP em Lisboa, tomada nas costas da grande maioria, em sendo qualificada de «enxarcada de plerá.»

## MDP/CDE em congresso

OS DELEGADOS DO MDP/CDE reunem-se no dia 12 deste mês, a fim de apreciar a possibilidade da realização de um Congresso do partido, até ao fim de Outubro.

Entre outras razões, a realização do Congresso seria determinada pelo facto de importantes militares seus — como Pedro de Moura, Ricardo Sá Fernandes e o próprio Pedro Ramo de Almeida — não concordarem, por motivos diversos, com a linha de orientação seguida pelos actuais órgãos directivos.

## Conselho da Europa: Ajuda a Portugal sem condições políticas

A ASSEMBLEIA dos Parlamentares do Conselho da Europa aprovou por unanimidade uma resolução segundo a qual se incitam os governos dos estados membros para, por via bilateral ou através de organismos internacionais tomarem medidas concretas de apoio económico substancial ao estado português.

Esta decisão de ajuda económica não é feita depender de nenhuma condição de natureza política. Diz-se só que se espera que ela faça progredir o país para um regime democrático tal como foi definido no estatuto do Conselho da Europa e na Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Além disso diz-se que se espera que o Parlamento em Portugal, depois de elaborada a Constituição, venha tomar parte no Conselho da Europa, passando Portugal a ser membro de pleno direito.

Note-se que quem fez a grande defesa da proposta de ajuda económica foram os socialistas democratas, tendo havido muitas reticências da parte dos democratas críticos e sobretudo dos conservadores britânicos, alguns dos quais fizeram um ataque à situação portuguesa.

Os comunistas franceses não intervieram no debate, mas votaram a favor, com uma declaração de voto em que respondem às críticas que os partidos socialistas democratas, liberais e conservadores haviam feito ao Partido Comunista Português; esta declaração foi feita em tom, pode dizer-se, moderado.

Da parte da delegação Portuguesa as duas principais intervenções foram as de Marcelo Rebelo de Sousa e Mota Pinto, tendo o professor Henrique de Barros feito um discurso introdutório ao debate do tema.

Além disso falou, ontem, de manhã, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês na parte de apresentação do relatório do Comité de Ministros do Conselho que anuncia a concessão pelo Conselho de Europa de apoio técnico a Portugal, o qual até final desse ano deverá totalizar cerca de um milhão de francos.

O governo português informou já quais os domínios em que pretende esse apoio (educação, justiça, serviço de saúde, serviço social) mas ainda não deu confirmação definitiva de que quereria utilizar o crédito.

A tarde a delegação Portuguesa deu uma conferência de imprensa à qual estiveram presentes muitos jornalistas.

Pode-se dizer-se que, de uma maneira geral, o ambiente era positivo, embora se referenciassem dúvidas de alguns grupos parlamentares relativamente às perspectivas democráticas em Portugal.

**Na última CR:**

## “Comuna de Lisboa” sem hipótese

A ÚLTIMA sessão do Conselho da Revolução foi integralmente dedicada a uma análise da actual situação de crise político-militar, com intervenções de esclarecimento ou transmissão de informações sobre os últimos acontecimentos e a que se seguiu uma análise mais geral sobre a provável evolução política.

Um ponto prático foi ocasionado pelas ausências de alguns membros do CR, actualmente fora do país ou que não puderam estar presentes (como é o caso do brigadeiro Charria): qual o que era necessário para que o CR possa tomar decisões. A opinião dominante apostava para um quórum de 4/5 mas decidiu-se deixar uma decisão final para o próximo CR que acontecerá em meados de presença superior a esse mínimo, até por razões de coerência com a própria proposta apresentada.

### Análise da crise político-militar

Uma parte importante da sessão foi dedicada à análise da situação de crise grave ocorrida na passada quarta-feira e que ocasionou o comunicado do PS e um processo de mobilização como resposta a uma hipótese de golpe militar apoiado pela extrema-esquerda. O Conselho foi informado de que se passou numa reunião ocorrida na segunda-feira na Rádio Renascença, de madrugada, e em que estiveram presentes militares da Polícia Militar, Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS), Escola

Prática de Administração Militar, Regimento da Pólvora e do Forte de Almeida, elementos do secretariado da FUR e membros da UDP e também alguns trabalhadores. Supõe-se que ali teria ficado decidido um plano de operações militares com o objetivo de neutralizar o Regimento de Comandos, numa primeira fase, para depois se tentar uma acção de alcance mais amplo em que o VI Governo e o almirante Pinheiro de Azevedo seriam os principais visados.

O Conselho foi também informado das medidas entretidas tomadas para evitar a concretização desse plano, ainda que sob formas meramente preventivas, e do significado da visita que o Dr. Álvaro Cunhal fez na quarta-feira ao primeiro-ministro.

Perante algumas dúvidas levantadas quanto às informações contidas no comunicado do PS, interpretadas como alarmistas, foi respondido por um membro importante do CR que ele ainda conseguia moderar a acção do PS que podia, se quisesse, ter destruído completamente a credibilidade dos grupos de extrema-esquerda. Esse mesmo elemento do CR considerou que o plano que estava em marcha teria um efeito idêntico ao que se passou em 11 de Março, embora com outros agentes políticos e com formas de intervenção ligeiramente diferentes.

Ainda em relação a estes acontecimentos foi referido que, embora talvez excessivo nos seus termos, o comunicado do PS e a mobilização entretida conseguiram tiveram um efeito positivo no desenvolvi-

mento imediato da crise. (Ver pág. 3)

### Hipóteses de evolução

Passou-se então a uma análise de índole mais global, em que sobressaiu uma importante intervenção onde se abriam três hipóteses fundamentais para a evolução política imediata. Uma seria um período de grave agitação na área da Grande Lisboa, com complexos movimentos militares e definido uma situação que convencionalmente se designa por comuna de Lisboa; a esta hipótese era atribuído um período de vigência possível de dois meses. Outra seria a possibilidade de haver uma tentativa de golpe de direita, eventualmente com apoio do exterior, mas a que não foi atribuída suficiente capacidade organizativa dessas forças sem sequer base social de apoio. A terceira hipótese seria constituída pelo apoio ao VI Governo, única forma que neste momento se encontra para evitar a ocorrência de qualquer das outras duas ou possíveis derivações delas.

Esta análise de cenários recebeu a concordância genérica dos res-

tantes membros do CR, havendo apenas quem referisse que o plano atribuído à primeira hipótese era excessivo. De facto, se tal possibilidade se concretizasse, seria de esperar que o Governo abandonasse Lisboa, o que isolaria a cidade e permitiria organizar a sua defesa a partir das regiões militares do Norte, Centro e Sul. Houve mesmo quem referisse que bastava levar os documentos necessários para um mês de governação.

Por outro lado, uma análise militar da situação em Lisboa permite concluir que se os grupos de extrema-esquerda podem vir a dispor de um amplo potencial de fogo, não é menos verdade que a sua capacidade de manobra é muito reduzida ou mesmo nula, pelo que as suas possibilidades de acção militar são muito limitadas. O seu principal perigo será antes o de abrir o caminho para tentativas golpistas de direita.

O Almirante Pinheiro de Azevedo comunicou também ao CR o estado em que se encontra o estado da situação dos deficientes das Forças Armadas, mantendo-se entretanto a decisão de que será o

Continua pág. 5

## Conselho da Revolução

(Continuação da pág. 1)

Governo que competirá a solução de tal questão dentro das actuais possibilidades do país.

### O falso plano dos coronéis

Um dos aspectos mais salientes da vida militar dos últimos dias terá sido a divulgação pelo «Diário de Notícias», pelo «Diário de Notícias» de um hipotético «plano dos coronéis», de índole direita, para a reorganização das Forças Armadas.

Essa notícia foi já objecto de uma decisão do Ministério da Comunicação Social, que sepa o seu conteúdo e processa os jornais que a publicaram.

Na verdade, o que existe como plano de reestruturação do Exército é algo de bem diferente do que foi noticiado.

Na passada semana, em sequência dos acontecimentos de Madra (recusa de formatura depois da prisão de dois sargentos dos SUV) e como preparação dos trabalhos do CR que se reunirá na quinta-feira, realizaram-se duas reuniões, uma no Quartel General e outra no Estado-Maior do Exército.

Em ambas, a questão central

terá sido a vaga de indisciplina que se vinha agravando, neutralizando

por completo a capacidade operacional das Forças Armadas e, portanto, retirando-lhe qualquer utilidade.

Faço as conclusões atingidas, foi elaborado um relatório onde se registam várias medidas de rotina que permitam criar condições para que as Forças Armadas não se vejam reduzidas a uma posição puramente decorativa, incapazes de actuar perante qualquer situação, venha ela de onde vier.

Apertadamente, é a este relatório que os jornais «Diário de Notícias» dão a designação de «plano dos coronéis», acrescentando-lhe por vezes puramente fantasiosos e que nada têm a ver com os temas que nessas reuniões foram analisados. Elementos militares presentes em todas essas reuniões são peremptórios em declarar que esse hipotético «plano», se existir como esses dois jornais afirmam, não poderá ter sido elaborado em nenhum órgão decisor do MFA e, portanto, não tem qualquer relevância para o processo já em curso de reorganização do Exército — reorganização que consideram indispensável para evitar a anarquia da sociedade portuguesa. Sublinham ainda que esses trabalhos de reorganização são uma consequência inevitável da global transformação das funções do Exército português.

LOPES A. Mendes

## Costa Gomes na URSS e Polónia sob o signo de Helsínquia

MOSCOVO — O Presidente Costa Gomes inicia hoje o regresso a Lisboa, depois de efectuar sucessivamente uma visita oficial à Polónia (de 27 de Setembro a 1 de Outubro) e outra de igual carácter à URSS. O facto de, durante estas duas iniciativas diplomáticas, terem sido assinados acordos de cooperação entre o Estado português e cada um daqueles terá levado a maioria das observações que acompanharam a delegação portuguesa a concentrar a sua atenção nas implicações comerciais e financeiras desses convénios, para tentarem concluir se esta dupla viagem foi ou não vantajosa para o nosso país. Evidentemente que nas conversações que o general Costa Gomes efectuou com Edward Giersek, na Polónia, e com Brejnev (então), Podgorny, Koyzhev e Gromyko (na quarta-feira) foram tratados problemas comerciais e de cooperação técnica, mas os acordos resultantes dessas conversações são documentos de carácter muito geral que camorão, futuramente,

de serem desenvolvidos por "especialistas" desses assuntos. Como disse o capitão Vasco Lourenço, numa breve troca de impressões que com ele mantivemos na quinta-feira durante uma recepção oferecida na embaixada de Portugal em Moscovo, os dirigentes portugueses não se dedicaram à Polónia e à União Soviética "para comprar ou vender". Esta declaração veio confirmar-nos a opinião que já havíamos formado em Varsóvia, de que o verdadeiro interesse desta deslocação do Presidente Costa Gomes ao Leste

cumpre-se encontrar alguém que não no maior ou menor número de euros à esquerda do difuso. Um "alguém" que será muito a ver com os resultados da cimeira de Helsínquia.

No momento em que escrevemos ainda não podemos oferecer um balanço final do que foi a estada de Costa Gomes na URSS, razão pela qual só muito brevemente a podemos abordar.

De qualquer forma, estamos em condições de afirmar que as primeiras conversações (ou simples conversas) entre os responsáveis portugueses e os dirigentes soviéticos — efectuadas logo na quarta-feira — iniciaram-se de uma forma "franca" tendo sido típicos começado por assumir posições muito firmes e encontrando da parte dos seus interlocutores igual firmeza. Progressivamente, porém, a "barreira" foi baixando, a ponto de ao final desse encontro a situação estar já bastante desampliada. A cooperação foi o tema mais importante desse encontro, nas questões de âmbito

internacional, foram igualmente abordadas.

Este último aspecto resultou particularmente ao longo do discurso pronunciado pelo Presidente Nikolai Podgorny, durante o jantar que amos mesmo noite ofereceu ao General Costa Gomes. O acordo de Helsínquia, os resultados da sua aplicação (desarmamento, estreitas relações entre Estados de regimes diferentes, e mesmo membros de blocos militares opostos, reforço do papel da ONU, etc.) e as consequências do seu desenvolvimento (Mediterrâneo, em especial, o colonialismo e o neo colonialismo...) ocuparam grande parte da alocução do Presidente Soviético.

O Chefe do Estado português, por seu turno, também deu relevo a este aspecto da situação internacional, reafirmando a determinação de Portugal de honrar o acordo que assinou na capital finlandesa e de seguir esforços no sentido da sua aplicação.

Continua pág. 7



### Costa Gomes na Europa de Leste

# As razões da política e da economia

Continuação de pag. 1

O simples facto de ter tido a primeira vez que um Presidente português visita a Pátria histórica da Revolução Socialista é só por si suficientemente significativo para que a iniciativa se possa classificar de positiva.

Benefícios económicos imediatos não devem ser esperados. Mas no capítulo político a nível internacional, não restam dúvidas de que o saído é largamente positivo.

### Cooperação desejada pela Polónia

Numa tentativa de simplificação, depois porém de qualquer ideia oficial, pode dizer-se que a visita oficial do Presidente Costa Gomes à Polónia de 27 de Setembro a 1 de Outubro decorreu sob o signo daquilo a que se já se chama "espírito de Helsínquia".

Com o ritmo, a doutrina e os objectivos propostos pela Conferência de Segurança e Cooperação Europeias (CSCE) dezan o tom já mais importantes declarações políticas proferidas a priori, designadas de Varóvia e de Lisboa, estiveram destacadamente presentes no mencionado conjunto que marcou o final das conversações e presidiram mesmo à declaração sobre o desenvolvimento das relações amistosas e da colaboração entre os dois países e aos acordos neste sentido agora assinados na capital polaca. E não será demasiado acrescentar que a própria recepção, particularmente calorosa, a nível da delegação de Varóvia e da delegação portuguesa se podem naquele mesmo espírito demonstrar que o Chefe do Estado português era de facto — e não apenas nominalmente — bem-vindo e que havia um desejo sincero de aproximar as relações entre os dois Países e respectivos Governos.

No passado dia 30, mesma sala do Parlamento polaco, o Ministro Português do Comércio Exterior e Turismo, Jorge Campinos (que à época era vice "primeiro-ministro" aberto pela ausência do Ministro dos Estrangeiros, João Antunes), assinou um acordo de cooperação no domínio do transporte aéreo e outro sobre a cooperação cultural e científica. As atracções dos observadores portugueses aqui presentes centraram-se em vários dos pontos-chave, as implicações desses acordos, mas os altos funcionários interessados, quer em particular quer durante a mesma reunião de trabalho, e depois da tarde, em que, segundo a soma de delegação interministerial, que visit a Varóvia ao primeiro dia 8, negociar os termos jurídicos e os acordos em que, segundo acordo terão poucas práticas.

A não, porém, parecerem nos assuntos mais importantes e significativos os textos assinados e as declarações nos acordos de Helsínquia. Na verdade, a Declaração ("D" matriciada) assinada pelo Presidente Costa Gomes pelo 1.º Secretário do Partido, Edward Gierek, e intitulada "Sobre o Desenvolvimento das Relações de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular da Polónia", diz no seu ponto 1: "Ambas as partes exprimem a vontade firme de desenvolver as suas relações amistosas de acordo com as disposições da Carta das Nações Unidas, assim como de acordo com os seguintes princípios formulados no 'Acto Final da Conferência de Segurança e Cooperação Europeias'. E especifica: "Igualmente soberana, respeito pelos direitos fundamentais da soberania, inviolabilidade das fronteiras, integridade territorial, solução pacífica dos conflitos, não ingerência nos assuntos internos, respeito pelos Direitos do Homem e pelas Liberdades Fundamentais, incluído a Liberdade de Pensamento, de Consciência, de Religião e de Crenças, Igualdade de Direitos das Nações e Direito das Nações à Autodeterminação, cooperação entre os Estados, cumprimento de boa fé dos obrigações assumidas no Direito Internacional".

Como se vê, quando uma declaração sobre o desenvolvimento das relações de Amizade e "cooperação" (e por cooperação entende-se também intercâmbio comercial, técnico, etc.) entre dois países desde um lado e outro porcosse, é porque a questão não diz respeito apenas ao "import-export".

### Os desejos e as palavras

Se as palavras trocadas por dois homens (ou dois Estados) que debentamente se encontram ainda querem dizer alguma coisa, elas exprimem, para além dos outros conteúdos e "factos" de fundo, aquilo que cada um pretende alcançar nesse encontro.

A esta luz são particularmente interessantes os dados relativos a discursos trocados entre Gierek e Costa Gomes, logo no dia da chegada a Varóvia do Presidente português: durante o almoço bastante tardio, dado o atraso com que o avião presidencial saiu de Lisboa oferecido pelo primeiro.

As alocuções foram breves, mas nem por isso deixaram de ser elucidativas das intenções que animam as duas partes. Na verdade, o dirigente polaco sketiza relações entre os dois países em 13 linhas facilmente apreensíveis, e dá ênfase ao carácter de reciprocidade e de não-cooperação associada e de não espaço à Conferência de Helsínquia, seu significado e a importância progressiva que, depois de acordo com o Chefe do Estado português, se espera que

relações entre Portugal e a Polónia apresentem um total de 33 linhas e os textos assinados e os acordos de Helsínquia reserve 20 linhas.

Não quer isto dizer que o Governo polaco não esteja interessado em estreitar todo o género de relações com Portugal, e que os dirigentes de Lisboa minimizem a importância do acordo assinado há cerca de dois meses por quase todos os países europeus, mais de E.U.A. e o Canadá, na capital finlandesa. Quer dizer, sim, que Lisboa considera prioritários os assuntos económicos e lança ajuda para resolver problemas de divisas, de trabalho, de colocação de manodobra, de importação de outros em condições vantajosas, etc., ao passo que Varóvia encara esse estreitamento de relações por via prima predominantemente político, enquanto que mais de infatigáveis esforços e esforços são pareiro situado no outro campo — o bloco ocidental — que está disposto a autodeterminar-se da única maneira, sendo constantemente pelo mesmo ao ponto de ganhar maior margem de manobra em matéria de política externa.

No entanto, a celebração de acordos comerciais e económicos, naval, pecas, trocas de produtos, etc., são considerados mais necessários a Portugal do que a Polónia, porque a situação natural dos dois países e o seu desenvolvimento industrial e tecnológico permitem-lhe por assim dizer, prescindir da ajuda económica portuguesa. Por outro lado, a questão dos pagamentos, (to insistidamente porta pelos negociadores portugueses (a Polónia importa mercadorias e serviços portugueses, mas quer que pagar a 90 dias, pelo menos, enquanto Portugal pretende prazos muito mais curtos), não são fáceis de aceitar inteiramente por Varóvia. E entre outros motivos, pela seguinte: a partir do primeiro ano, os nossos polacos tendem a esquecer os empréstimos concedidos em países ocidentais — França, especialmente, Alemanha Ocidental, Itália — em 1971, quando Gierek decidiu dar o seu voto à economia do país, totalmente defendida pela administração e membros do Conselho. Ocorrer aqui, ainda mais o perigo do país sem que tal seja de todo em todo inevitável parece aqui um pouco como risco demasiado.

No entanto, estamos convencidos de que Portugal alguma coisa consegue, apesar da ausência de Ministros Antunes e Fontes da Gândara. Ocorrer aqui, ainda mais o perigo do país sem que tal seja de todo em todo inevitável parece aqui um pouco como risco demasiado.



terá sido mais um passo no encontro das aspirações dos seus interlocutores no capítulo de política internacional.

Sinalis desta aproximação de pontos pareciam-nos virém no comunicado conjunto luso-polaco distribuído no dia 30. Em primeiro lugar, nele se diz que "os encontros e as conversações tiveram lugar numa atmosfera de franqueza, confiança e colaboração amistos". Especificamente conhecido o significado do termo "franqueza" em linguagem diplomática, para se lhe aduzir mais qualquer coisa. Mas a "colaboração amistos" no final do "boléim meteorológico" das conversações vem indicar exactamente que de deficiente de pontos firmes se evoluiu para uma fase constructiva de entendimento. Com base na confiança mútua. O que significa que o processo evoluiu com certa lentidão. As relações luso-polacas vão intensificar-se embora por enquanto não sejam dos limites estagnos prestados cultura, ciência, comércio, aviação, cooperação económica, industrial e tecnológica, nomeadamente entre as respectivas indústrias náuticas, transporte aéreo e, finalmente, "as duas partes decidiram assinar logo que possível um acordo de cooperação intergovernamental no domínio da pesca".

De notar ainda que, no referido comunicado, 25 linhas versam sobre as relações luso-polacas, sendo 42 precedidas com a posição comum das duas partes quanto ao acordo de Helsinque. Particularmente significativa, quanto a nós, neste respeito é, uma curta passagem da declaração já referida (que, na realidade, é quase um complemento do comunicado conjunto), onde se diz:

"Com o objectivo de desenvolvimento futuro das relações de amizade e cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular da Polónia, e bem assim de consolidação do desenvolvimento na Europa e no Mundo, ambas as partes exprimem a sua vontade de estreitarem os contactos políticos e, principalmente, de realizarem consultas políticas periódicas acerca de assuntos internacionais ou bilaterais de interesse mútuo."

Iniciativa política, pois, esta viagem à Polónia do presidente da República e de dois membros do Conselho da Revolução como tal deve ser encarada, não cabendo esperar que dela saiam directivas, iniciativas concretas, de acordo de princípios de cooperação de carácter político.

ambidos. Mas será já perfeitamente plausível admitir que as mais destacadas figuras da delegação portuguesa tinham tratado lá a sua viagem de estudo. O major Costa Neves e o capitão Vasco Lourenço dedicaram uma parte do seu tempo a visitarem instalações militares e a inscreverem-se da mestria como fuzileiros e estribo polaco, aproveitando também para obterem uma panorâmica da vida política e social da Polónia. A agricultura e as relações luso-polaco mencionam-lhes igualmente particular atenção, tendo constituído alguns dos temas das conversas de Costa Gomes com Gierek.

Allá, estes dois pontos — agricultura e religião — juntamente com o relativo pluralismo político praticado neste país, são por muitos considerados como termos para o estabelecimento de um paralelismo entre Portugal e a Polónia. Especialmente neste momento, em que eles constatarem outros tantos "pontos queros" da conjuntura portuguesa. Na viagem de Varsóvia para Moscovo, na quarta-feira, Vasco Lourenço e Costa Gomes falaram largamente com os jornalistas sobre o que aprenderam acerca do cenário polaco e de como o governo preferiu deixar que a propriedade privada voltasse a substituir em grande parte a colectivização das terras (apesar não permitindo a reconstrução de latifúndios, a tentar impor uma medida impopular que só geraria descontentamento e hostilidade entre os camponeses).

A Méta que ficou foi a de que este modelo (como qualquer outro) não se pode aplicar ponto por ponto, mas que alguns dos equívocos por de supor-se seriam perfeitamente vitáveis em Portugal. Aquelas dois elementos do C.R. mostraram-se particularmente sensíveis a alguns conselhos dos seus interlocutores polacos, nomeadamente, Edward Gierek; realismo, colocar a revolução sempre de acordo com o povo, nunca a agir psicologicamente (a religião foi o exemplo apontado) não ser presa ao erro revolucionário, considerar os passos dados, antes de avançar de novo. E muito favoravelmente impressionados ficaram também com a linguagem que coleram da Pátria de Chopin: um país industrial e agricolamente desenvolvido, um povo com um nível de vida que pode considerar-se alto, que vive com grande liberdade (em comparação com alguns países industriais) livres, e, portanto, "considerada satisficente por certas camadas, principalmente pelas das zonas urbanas, e dividida de cruzada por alguns responsáveis políticos..

A. Martins Lopes

ANTUNES, 

## Melo Antunes ao EXPRESSO: Militares não cumpriram ordens no caso da Embaixada espanhola

CONVIDADO a pronunciarse sobre os acontecimentos que levaram à destruição das representações diplomáticas espanholas em Portugal, e a fazer o ponto da actual situação das relações entre os dois países, o ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, começou por declarar ao EXPRESSO a sua profunda indignação perante tais acontecimentos definindo-os como "insufribáveis, tal a irresponsabilidade e o vandalismo que revelam".

"Tudo o Governo e as pessoas em Espanha, que tenham conhecimento já contra a possibilidade de serem levadas a cabo as acções em Espanha, e à semelhança de tantas outras vezes, tenham feito sentir ao governo espanhol a mesma repulsa. Mas hoje é vital antes e a violência que aqui foi praticada no Consulado e na Embaixada de Espanha, é outra. Porque, se essas acções tinham o intuito de atingir o governo do país vizinho, não magoaram profundamente os seus bens e dignidade, e povo daquele país, que é particularmente sensível a acções hostis. Pense, aliás, que a opinião pública portuguesa, não deixará de se manifestar, caso se devam passar, em Espanha, acções semelhantes em relação a nós".

Recorda-se que no dia 25 do passado mês Maio Antunes recebeu o embaixador espanhol que procurou o ministro português ao sentido de lhe serem dadas todas as garantias de protecção aos edifícios diplomáticos espanhóis, garantias essas que Melo Antunes se comprometera a fazer cumprir. E logo na tarde desse mesmo dia, conforme consta, de resto, do comunicado emitido pelo próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros Português comunicado emitido no dia seguinte à destruição da Embaixada e Consulado, — foi contactado o Copcon bem como o Comando Geral da PSP, tendo-se ambos comprometido a por em prática as medidas de segurança indicadas por aquele ministério. De resto o relatório comunicado vai mais

longe afirmando mesmo ter sido o general Carlos Fabião, chefe do Estado Maior do Exército, contactado pessoalmente pelo ministro Melo Antunes o qual manifestou o acordo no sentido de serem tomadas as medidas de protecção adequadas. Segundo fontes próximas do ministério dos Negócios Estrangeiros, o comunicado acima mencionado "era, acima de tudo pelo seu teor, um comunicado onde transpareciam claramente algumas contadições internas de carácter vincadamente político".

Recorda-se, igualmente, que pela sua parte, também o conselho de ministros, reunido em 5. de Maio, na tarde e noite de sábado deu a conhecer um comunicado em que era vital a sua preocupação pelos acontecimentos ocorridos e salientar, a propósito de que "não obstante a gravidade dos factos, não seriam postas em causa a amizade entre os dois povos ibéricos e as relações entre os respectivos Governos e Estados".

Conforme pode ser lido no mesmo comunicado, os ministros portugueses, na sua reunião de sábado, 27 de Setembro, deliberaram ainda, no que diz respeito aos incidentes ocorridos na seguinte:

1 — Reforçar as satisfações e garantias já dadas ao Governo de Espanha.

2 — Ordenar um rigoroso inquérito aos indivíduos, grupos e organismos responsáveis, identificados e incertos, pelos acontecimentos e promover o julgamento dos culpados.

3 — Tomar medidas eficazes contra a perseguição física de estrangeiros no território nacional.

4 — Assegurar ao Governo de Espanha a sua disposição de indemnizar o Estado Espanhol por todos os danos sofridos.

5 — Garantir pelos meios adequados a não repetição de incidentes de tão lamentável natureza.

6 — Interpretar o sentimento generalizado do Povo Português ao expressar o seu pesar pelo facto de não terem sido cometidas as penas dos cidadãos espanhóis envolvidos.

### Madrid chama embaixador em Lisboa

Entretanto, reuniu por sua vez o conselho de ministros espanhol, na tarde de segunda-feira passada, com o intuito de tomar conhecimento das ocorrências passadas em Portugal no fim de semana anterior, e apreciar o teor dos comunicados já emanados pelo MINEX e Conselho de Ministros, a que atrás fizemos referência. Na sequência desta reunião e tendo em vista a impossibilidade de que a representação diplomática espanhola possa contar por agora com as garantias indispensáveis que tornem possível a sua presença física para desenvolver a normalidade das duas actividades profissionais" o gabinete espanhol chamou a Madrid todo o seu pessoal diplomático, incluindo o embaixador e demais funcionários, tendo ditado apenas em serviço De Lisboa, um comunicado de negativas, "até que as circunstâncias permitam reconsiderar esta medida".

Este comunicado considerado moderado por alguns observadores, foi, no entanto, redigido com uma certa firmeza, salientando ainda que o governo espanhol tomou conhecimento com agrado da decisão do governo português de indemnizar o Estado Espanhol por todos os danos sofridos por indivíduos e saques das representações diplomáticas".

Segundo Melo Antunes, "não se esperou por agora mais nenhuma tomada de posição por parte de Espanha".

Ad que o Governo vizinho aprova o rápido envio dos comunicados, bem como o seu teor, e parece-nos pois que apesar da gravidade da situação, aquele governo terá a serenidade bastante para compreender o momento que atravessamos.

Há que ter, em conta, no entanto, a decisão do Bazo de Espanha, que ordenou a suspensão da

Continua pag. 12

# Militares não cumpriram ordens no caso da Embaixada espanhola

(Continuação da pág. 1)

convertibilidade do escudo português, medida esta claramente interpretada como uma represália sobre os actos provocados sobre os edifícios espanhóis em Lisboa. Também alguns incidentes havidos no passado fim de semana na fronteira portuguesa de Vila Real de Santo António, levaram ao fecho, (que ainda se mantém) da fronteira de Ayamonte.

Interrogado sobre um possível corte de relações diplomáticas, o ministro dos negócios estrangeiros português, disse que "Não lhe parecia provável que isso acontecesse, visto que a verificasse não seria, em si, um acto de guerra. As represálias de outro tipo como fecho de fronteiras, as dificuldades adicionais ao trânsito de mercadorias, por exemplo, não se poderia vir a promover relações já de si difíceis.

É há toda a vantagem em normalizar a situação rapidamente; e para isso, o que quanto a nós, se pode considerar a posição que é uma negociação por parte dos legados de informação. Mencionou as críticas e as atitudes passivas ao regime político espanhol, o que não significa de modo nenhum que não tenhamos sempre a intenção de exercer influência a uma crítica a actos indesejáveis.

Também, as garantias que já demos, de repor a situação na Embaixada e Correição — garantias essas que hoje constituem um compromisso que temos de honrar — leva o governo português, a na medida do seu possível, fazer todos os esforços para dignificar as expectativas dessa matéria, por parte do país vizinho. Acrescentou, que no fundo, sejam quais forem as circunstâncias, serão respeitados todos os edifícios diplomáticos e consulares — as garantias das pessoas que aqui cumprem funções. Antes de voltar que empregamos neste momento, todos os nossos esforços, e a todos os níveis, para uma rápida normalização da situação". Interrogado, também sobre quando prevê que regressem os diplomatas espanhóis em serviço no nosso país, Melo Antunes respondeu que "é para si improvável e normalização das relações diplomáticas, e que o embaixador português acreditado naquela cidade, chamado a Portugal para consultas com o seu ministério, deve regressar muito em breve, de modo que a sua permanência em Lisboa, não se dá ao a especificação, ou a sua interpretação por parte da Espanha.

Resumindo, disse-nos, fazemos esforços para que não haja a tentação por parte do governo espanhol de ir se metendo para o lado do embaixador e deixar pessoal diplomático, e para que as relações regressem à normalidade o mais

brevemente possível, para que considero essencial, o que acima referi quanto aos órgãos de informação."

Segundo o que conseguimos apurar, o Major Melo Antunes falou, pessoalmente com os generais Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Fialho na madrugada em que se deram os incidentes que temos vindo a referir, com o intuito de que intervissem rapidamente, em ordem a repor alguma autoridade na evolução dos acontecimentos. No entanto, ao ser abordado para que fizesse uma apreciação pessoal sobre o modo como as coisas se tinham passado, e sobre qual era a sua justificação para si, o ministro dos Negócios Estrangeiros considerou este assunto "muito delicado" e recusou-se a fazer mais comentários, dizendo que "as servidas por parte de ambos os governos sobre as quais não se quer pronunciar". No entanto, depois de muito insistido, acabou por dizer "não ter havido cumprimento de ordens de parte de soldados empregados pelo COPCON de as realidades.

Sobre as unidades em causa, não foi evidentemente nomeadas. O que lamentamos profundamente, é que haja militares, que põem acima do seu dever militar, considerações de natureza política e partidária".

O EXPRESSO contactou igualmente sobre este assunto o dr. Meneses Rosa embaixador português em Espanha, actualidade de passagem em Lisboa, onde se encontra "para consultas com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros". No entanto recusou-se peremptoriamente a fazer quaisquer declarações, alegando "que não competem apenas ao ministro Melo Antunes". Interrogado sobre o teor das conversações que manteve em Madrid antes de se deslocar a Portugal, e ainda sobre a o seu resultado tinha aclarado ou contribuído para sanar este incidente, insistiu, porém "que não deveria fazer declarações a respeito".

Na rubrica "qualidade de embaixador, acrescentou, não se deve pronunciar sobre assuntos deste natureza. Mas não houve e é natural que não haja corte de relações diplomáticas."

Alada segundo fontes próximas do ministério dos Negócios Estrangeiros, as actuais relações entre os dois países podem ser definidas em estado de certo compromisso.

"É um facto, que felizmente não houve corte, mas que não se encontram, de momento, nem dinâmicas nem tão pouco são operantes. No entanto para que a situação não se travesse deteriorar ainda mais para o regresso à normalidade e sobretudo para um não ul-

terio agravamento muito deve ter consistido o embaixador espanhol em Lisboa, que teve em todo este processo, e bem antes dele uma acção a todos os níveis no nível de inteligência e diplomacia."

## FECHO DE FRONTEIRAS

A poucas horas do fecho desta edição, um porta voz do MNE demonstrou junto da ANOP, notícias postas a circular pelo U.P.I., segundo as quais o governo espanhol teria decretado o encerramento de todas as fronteiras ao tráfego de mercadorias e carros provenientes de Portugal.

O mesmo informador, fazendo um balanço da situação das fronteiras portuguesas pelas 17 horas de hoje, afirmou que "A excepção de duas (Vila Verde de Ficalho e Vila Real de Santo António), todas as outras se encontraram abertas ao tráfego, muito embora as viaturas sejam sujeitas a uma rigorosa fiscalização".

Pormenorizando, acrescentou: "No tráfego das viaturas civis de transporte de mercadorias, que se está a processar com relativa normalidade, o encerramento de cada carro leva cerca de vinte minutos. Em relação aos carros de turismo, dada a fiscalização ser mais rigorosa, o tempo de passagem de cada um é de trinta minutos".

Esta excessiva dignidade é motivada pelo registo oficial que as autoridades espanholas fazem aos veículos e às pessoas, não deixando também passar qualquer objecto considerado, por essas autoridades como "comercial".

Quanto às fronteiras de Vila Real de Santo António e Vila Verde de Ficalho, encontram-se encerradas a qualquer tráfego, interrogado pela ANOP sobre as razões desta procedência, o porta-voz da ANOP afirmou que as autoridades espanholas consideraram ofensivos cartazes colocados junto destas zonas fronteiriças, e voltados para Espanha. Como medida de represália, tomaram aquela situação.

"Retirados os cartazes, as autoridades portuguesas esperam uma resposta do governo central espanhol, na sequência das dificuldades feitas junto dos responsáveis destas fronteiras pela guarda fiscal, responsável destas portas", concluiu o porta-voz do MNE.

Os cartazes colocados referiam-se às excepções dos cinco patriotas espanhóis.

Rememora que hoje, corria em fontes espanholas na cidade fronteiriça de Badajoz, indicavam "ser muito possível um fecho total de fronteiras dentro de dez dias" noticia esta que no entanto não nos foi possível confirmar.

Expresso

75-10-04

2

# Semana Nacional

## *A Espanha mandou fechar dois postos de fronteira*

NA SEQUÊNCIA dos incidentes verificados em vários pontos do país depois das execuções dos antifranquistas espanhóis, no fim da passada semana, as autoridades do país vizinho decidiram o encerramento das fronteiras de Vila Real de Santo António e de Ficalho, com base na existência de cartazes, do lado português, «contendo frases ofensivas».

Embora conservando abertos os outros postos fronteiriços, o tráfego de veículos e passageiros tem vindo a processar-se com desusada lentidão, com minuciosa revista, por parte dos funcionários espanhóis, de todas as bagagens e mercadorias em trânsito.

## *Armas descobertas em garagem de S. Bento*

ARMAMENTO LIGEIRO de vários tipos foi encontrado pela GNR, numa garagem do Palácio de S. Bento, no princípio da semana. Trata-se de seis espingardas automáticas G3, outras seis pistolas-metralhadoras FBP e de duas MG, cuja proveniência e propriedade se desconhecem.

## *Samora Machel recebe Vítor Crespo*

"JÁ TRABALHAMOS juntos, já nos conhecemos e já fizemos importantes realizações para os nossos povos", afirmou o presidente Samora Machel na recepção à delegação portuguesa que se encontra de visita à República Popular de Moçambique.

Por seu turno, o ministro da Cooperação, Vítor Crespo, manifestou ao presidente Machel a sua satisfação por se encontrar de novo naquele país, onde desempenhou o cargo de alto-comissário até à independência e afirmou nomeadamente que "Portugal, para além de levar a cabo uma revolução interna, tem um profundo interesse em contribuir para a revolução mundial e, particularmente, de África."

O ministro português, que chefiava a missão, afirmou ao chefe de Estado moçambicano que Portugal não esquece as responsabilidades que detém em África e no mundo.

A delegação a Moçambique é composta ainda por Gomes Mota e Paulo Ramos e à recepção assistiram também membros do governo local, nomeadamente os ministros Marcelino dos Santos, Oscar Monteiro e Armando Parguene.

## Aniversário-comício da Intersindical

PARA ASSINALAR o 5.º aniversário da formação da Intersindical, a central única de trabalhadores promoveu a realização de um comício no Campo Pequeno, na quarta-feira à noite, com a presença de milhares de pessoas.

Com as palavras de ordem «A terra a quem a trabalha», «Contra um governo da direita», «Vasco ao poder», a sessão foi iniciada com um representante da União dos Sindicatos do Porto que destacou a importância da organização sindical na revolução e a da luta de classes no processo revolucionário.

Um membro do secretariado da Intersindical usou depois da palavra para preconizar o alargamento do Governo «às forças revolucionárias, militares e civis» e a expulsão do PSD, que considerou como «guarda-avanzada da reacção no Governo.»

## Ocupada em Djakarta a embaixada portuguesa

ELEMENTOS DE UMA organização de jovens apoiada pelo governo indonésio ocuparam recentemente, durante algum tempo, as instalações da embaixada portuguesa em Jacarta, como protesto contra a forma como as autoridades governamentais portuguesas estão a conduzir o processo de Timor Leste.

Ao mesmo tempo, cerca de duas dezenas de membros da mesma organização protestaram junto do embaixador australiano na sua capital contra os incidentes registados em Casberba com a legação diplomática indonésia, na sequência de notícias postas a circular sobre o ataque a bases da Fretilin, no Timor português, por tropas indonésias.

Entretanto, fontes bem informadas assinalam a disposição do governo indonésio de proporcionar treino militar a refugiados timorenses, depois de um encontro entre um general indonésio e o líder da UDT, Lopez da Cruz, que defende a integração sem reservas de Timor na Indonésia.

## Plenário da GNR-PSP afasta comandante-geral

O CORONEL Pinto Ferreira foi afastado do comando da GNR e PSP na sequência de um plenário de soldados e graduados das duas forças para-militares que exigiam a sua demissão dessas funções.

Na base da decisão que afasta o ex-general, parece estar a ordem que deu, no fim da passada semana, para que efectivos da corporação fossem «reestabelecer a ordem» em S. Bento, cujas instalações se encontravam ocupadas pelos delinquentes das FA e por milícias civis armadas.

Para evitar uma confrontação, os oficiais do Estado Maior da PSP não cumpriam as ordens recebidas e convocaram o plenário para analisar a situação, considerada muito grave.

Entretanto, fonte próxima dos círculos militares afirmou-nos que a GNR-PSP teria reivindicado reforço de armamento que incluía espingardas automáticas do tipo G3, reivindicação que as FA não receberiam.

## Impasse dos jornalistas sobre integração sindical

NA SEGUNDA reunião de jornalistas com o objectivo de decidir sobre a permanência do Sindicato na Intersindical, realizada na quarta-feira na Casa da Imprensa, manteve-se o impasse quanto à decisão principal, com rejeição de todas as propostas chegadas à mesa: três delas contra e duas a favor da permanência.

Por vários dos profissionais presentes foi subscrita ainda uma proposta considerando como válida a integração na central única, desde que seja anulado o Congresso dos Sindicatos «realizado através de processo golpista e nas costas dos trabalhadores», destituído o Secretariado e anulados os estatutos.

A única proposta apresentada e aprovada nesta segunda sessão consistia de dois pontos prévios e condenava a ocupação das estações de rádio e televisão, ordenada pelo primeiro-ministro Figueiredo de Azevedo e continha a decisão de apoiar a luta dos trabalhadores da Rádio Renascença e da «República».

## Ministério da Comunicação procede judicialmente contra órgãos de informação

EM COMUNICADO distribuído pelo Ministério da Comunicação Social, referido às medidas de excepção aplicadas à Rádio e TV, considera-se já normalizada a situação, excepto na «Rádio Renascença que continua silenciada e na TV», assinalando que «para o regresso à normalidade contribuíram decisivamente a compreensão e o espírito de cooperação dos próprios trabalhadores.»

Referindo que não estava no espírito de quem ordenou as ocupações qualquer propósito de censura à Informação, «à excepção evidente da emergente da própria lei de Imprensa, ao proibir, e portanto «censurar», determinados actos», o comunicado do MCS refere depois a publicação em «alguns órgãos de informação, de um pequeno «plano dos coronéis», com o qual a reacção e a direita militar se propõem restaurar o fascismo», especificando que a publicação de tais notícias infringe a lei por constituir um ataque ilícito ao MFA e ao seu programa político, afectando ainda a disciplina e a coesão das FA.

O Ministério anuncia no mesmo comunicado que «de acordo com a plataforma de trabalho proposta aos órgãos de Informação pelo ministro da Comunicação Social, foi feita a correspondente participação à entidade judiciária competente.»

Sousa, Marcelo Rebelo de

# A dança dos golpes de Estado

Marcelo Rebelo de Sousa

HÁ UMA SEMANA, tínhamos dado 15 dias de experiência para se comprovar a viabilidade do 6.º Governo Provisório. Quinze dias que, desde logo, prevíamos cheios de afrontamentos e de tensões.

Sucedeu, porém, que, no próprio dia 27, o Conselho de Ministros deliberou actuar nos rescaldos dos incidentes ocorridos na Embaixada e no Consulado espanhol, e, no dia seguinte, era o Primeiro Ministro e Presidente da República intrinco que ponderava com os conselheiros da Revolução e comandos militares as medidas a adoptar.

Assim, a 29 de Setembro, processa-se o primeiro teste ao 6.º Governo Provisório.

As ocupações da TV e da rádio constituem o cerne desse teste, embora o pretexto próximo tenha sido, além dos acontecimentos envolvendo a missão diplomática espanhola, o cerco dos deficientes das F. A. ao Conselho de Ministros de sábado.

Melo Antunes desistia definitivamente de seguir para a Polónia e para a União Soviética, e Jorge Campino substituído, depois de, por alguns instantes, se ter posto, inclusivamente a

hipótese de Costa Gomes abandonar a sua visita oficial e regressar, de imediato, a Portugal.

Não interessa fazer aqui a história do que foram as vicissitudes das ocupações determinadas pelo poder político. Interesse mais tentar um balanço provisório das sequelas fundamentais desse acto de autoridade coerciva do Primeiro Ministro.

Se pudéssemos traduzir, em linguagem simplificada de sabor futebolístico, o recado imediato do 29 de Setembro, diríamos que ele foi o de um empate entre o Governo e os seus opositores.

De um lado, encontrá-vos o Governo Provisório, apoiado pelo PS e pelo PPD.

Do outro lado, avultaram agrupamentos de esquerda radical, e o MDF/CDE. Isto em termos civis; mas em termos militares, a divisão operou-se igualmente entre os sectores em que prevalecem aquelas diversas linhas partidárias.

## Uma aliança e uma hesitação

De verdadeiramente curioso e até fulcral, neste arranjo de par-

tidos, foram apenas, por um lado, a convergência do MRPP com a UDP e a FUR no ataque às deliberações governativas; e, por outro, a posição flutuante do PCP.

Quanto à primeira, ela vem na sequência lógica de uma aliança táctica nos órgãos de informação, e corresponde ao pressuposto de que o «fascismo» (neste caso identificado com actuações do 6.º Governo), e não o «social-fascismo» o inimigo principal.

A importância desta posição do MRPP num futuro próximo poderá ser a de pôr em causa alianças com o PS no plano sindical. Talvez por isso, o PS já começou a ensaiar alianças parciais com o PPD para o efeito de eleições sindicais (viúdo caso dos CTT), prescindindo do MRPP.

O mais relevante, porém, foi a hesitação do PCP. A sua presença ao Governo (ajuda que sem o formalismo da coligação) levá-lo-ia a não atacar a decisão de Pinheiro de Azevedo. Mas as pressões de muitas bases e a estratagem do PCP quanto aos órgãos de informação importa que acompanhasse a esquerda revolucionária contra a ocupação.

Havia, então, duas saídas. Uma seria a da tática dupla perfeita — defendendo o PCP a ocupação a nível de poder constituído, e detendo as suas bases a faculdade da sua contestação frontal. No entanto, em matéria do meindre desta e em que o empenhamento do Primeiro Ministro foi total, o PCP deverá ter intuído que o colocar-se, mesmo que indirectamente, contra Pinheiro de Azevedo dificultaria imenso a sua participação num Governo, para o qual o Partido não terá ainda enesentado alternativa viável de esquerda. Por outro lado, qualquer aceno de acordo com as ocupações cairia muito mal nos sectores jornalísticos de extrema-esquerda (para não falar nas bases).

O PCP escolheu, pois, a outra saída — emitiu um comunicado longo e vago, sem juízos definitivos, colocando apenas, em forma dubitativa, os prós e os contras do acção militar.

E, a finalizar, inseriu uma crítica severa aos grupos de extrema-esquerda, a liberar-se de responsabilidades na situação invocada pelo Primeiro Ministro para fundamentar as ocupações.

Depois, na Assembleia Constituinte, o PCP guardou, sobre esta questão, de Conrado o prudente silêncio, fazendo incidir a atenção sobre os perigos da direita contra-revolucionária.

Na linha lógica destas atitudes o PCP comunicou finalmente, não participar na manifestação promovida pelo PS de apoio ao 6.º Governo Provisório — mas não junta quaisquer considerações a esse deliberado não comprometimento.

Para alguns observadores, o PCP tentou querendo salvaguardar uma posição de equilíbrio instável, por natureza difícil em período de choque. E também terá tido presente mais alguns não-sucessos em matéria de capacidade de mobilização de massas, como, ainda sábado, o exemplo do comício do Estádio 1.º de Maio, em que a assistência, em termos numéricos, ficou aquém da de outros comícios do PCP, e até do PS e do PPD.

### Empate fora de casa

Mas, regressando ao empate, ele resulta de o 6.º Governo ter marcado alguns pontos, e também de ter perdido outros.

Assim, como pontos ganhos (ao menos transitoriamente) há a notar:

1.º — O efeito surpresa da operação;

2.º — A hesitação provocada no PCP, redundando em não oposição frontal;

3.º — A nomeação de nova direcção na EN e a sua aceitação pelos trabalhadores;

4.º — A forma como Pinheiro de Azevedo respondeu à FUR na reunião da madrugada do dia 30, e depois falou na manifestação do dia 30;

5.º — A mobilização, em menos de 24 horas da manifestação

PS-PPD-PCP (m-l) em Lisboa, e a dimensão da manifestação PPD de apoio no Porto;

6.º — A repercussão do efeito surpresa noutros sectores, como seja o do caso dos deficientes das F. A.;

7.º — A saída encontrada para o termo da ocupação, designadamente nos postos onde a resistência foi maior.

Como pontos perdidos (pelo menos, a título transitório) referiremos:

1.º — A resistência encontrada nas várias estações, designadamente no RCP;

2.º — A solidariedade depressa estabelecida entre militares ocupantes e trabalhadores das estações ocupadas;

3.º — A reacção, embora em certos casos atenuada, da imprensa;

4.º — A reacção da UDP e da FUR na noite do dia 29, com os ultimatos: postos a Orla, e a Pinheiro de Azevedo;

5.º — A manutenção das equipas anteriores, sem alterações significativas, na maioria das emissoras ocupadas.

Como no futebol se diz, o empate pode ter um significado diverso conforme for obtido sem causas ou eforças. Ou seja, conforme for alcançado em condições propícias ao sujeito considerado, ou no domínio do adversário.

Ora, posto assim o problema, então terá de se admitir que o empate foi obtido num contexto que, à partida, se poderia dizer não muito favorável ao 6.º Governo Provisório. Foi um empate em terreno alheio.

É um empate em que se insinua um eventual passo essencial que ficou despercebido para muitos observadores: o corte de emissão da R. R.

Efectuado a propósito de um argumento pretextual, este corte — que passou submerso nas reac-

ções genéricas às ocupações — pode querer também significar o começo da execução da deliberação de devolver aquela estação emissora à Igreja Católica.

### Golpe e golpe

É neste clima político que, no dia 1 de Outubro, irrompe, em toda a sua plenitude, o que chamaremos a dança dos golpes de Estado.

Foram os matutinos do dia 1 que irromperam com a notícia atribuída a «fontes fidedignas militares»: haveria um plano chamado «dos coronéis» para restaurar o fascismo. E, no dizer de um desses jornais, dos 10 pontos do plano uns estariam já realizados, e outros poderiam concretizar-se dentro em breve.

Ou seja, insistiva-se, em termos práticos da afirmação clara, que algumas das medidas militares recentemente tomadas pelo menos coincidiam com um plano da reacção.

Passando a transcrever «O Século», teremos:

«Plano dos coronéis  
1 — «Controlos» do SDCI (Serviço de Detecção e «Controlos» da Informação);

2 — «Controlos» dos Serviços de Relações Públicas e Dinamização das F. A.;

3 — Formação do AMI;

4 — Criação de um corpo de Polícia de Choque;

5 — Modificação da política governamental quanto ao MPLA;

6 — Ocupação militar da rádio e TV;

7 — Dissolução ou extinção de unidades militares progressistas. Saneamento à esquerda;

8 — «Controlos» absolutos do CR. Afastamento de Fábilo e de Oteio. Isolamento e neutralização da Armada;

9 — Colocação nos lugares-chave do «Grupo dos 9» e de

homens da sua confiança;

10 — Campanha de desinformação nos órgãos de comunicação social. Resolução dos casos «República» e Rádio Renascença.»

Ao mesmo tempo, em editorial não assinado, e portanto, da responsabilidade da Direcção, o «Diário de Notícias» glosava o mesmo mote, sob a epígrafe «Plano ou coincidência?»

A originalidade do comentário reside no facto de que ele desenvolve os pontos seriados em «O Século», com larga cópia de considerações opinativas, mas não acrescentando nada mais de noticioso.

A completar o quadro traçado pelos matutinos lisboetas, o «Diário de Lisboa» — também considerado, como eles, sujeito à influência dominante do PCP (vidi, por exemplo, o quadro de «Le Monde») — alarga o tema, sem lhe aditar novos factos, antes juntando-lhe opinião.

Uma análise atenta dos 10 pontos revelará que alguns deles se encontram já em curso, com objectivos demarcados pelo C. da R. e pelo Governo — como os 3, 6 e 9.

Outros respeitam a serviços do MFA notoriamente submetidos a influência do PCP e de cuja reestruturação se fala há algumas semanas.

O número 10 traduz, na sua parte final, o acordo verificado na Plataforma base, do 6.º Governo entre os 3 partidos principais acerca da resolução de dois «casos» da informação portuguesa, acrescenta-se um qualificativo inicial. A estes pontos, juntam-se terrores acerca dos quais nada ainda transpirou em sectores militares ou políticos para o futuro — os 4, 5, 7 e 8.

No seu todo, uma dúvida essencial assaltou os observa-



dores atentos: seriam estes 10 pontos os que melhor conviriam a um plano fascista? Serviria esses plano colocar em lugares chave homens de uma linha — a dos 9 — que o MDLP, Spínola, Apolinário têm atacado desde sempre? E o Conselho da Revolução com a actual composição, desde quando se poderia dizer absolutamente controlado por forças fascistas?

A verosimilhança de um tal "golpe" fascista de dentro das estruturas do MFA e recorrendo-se aos "novos", parece muito pequena aos mesmos observadores.

Se assim é, eles admitem que a divulgação agora deste plano poderá visar dois objectivos essenciais: — identificar perigos a opinião pública, ao menos objectivamente, o 6.º Governo e a reacção, o 6.º Governo e o fascismo;

— antecipar medidas desse Governo, atribuindo-as a um plano fascista, na expectativa de, por essa forma, pressionar a nível militar as acções governativas.

Quanto ao primeiro ponto, o excesso impositivo, até ao presente, da revelação do plano parece ter provado a dúvida naquela identificação imediata.

Quanto ao segundo ponto, ele visa sobretudo as próprias F. A. nelas criando ou estimulando uma reacção antipática a certas iniciativas (das quais, possivelmente, algumas nunca teriam sido pensadas pelo "status quo").

Em termos de "guerra psicológica", o "golpe" denunciado pelo PCP poderia legitimar uma forte oposição ao 6.º Governo. Não pelo Governo em si mesmo. Mas pelas medidas que tomou ou tomaria, então acusáveis de integradas numa jogada reaccionária.

Simplexmente, ao entrar numa jogada como esta, o PCP terá, de facto, a convicção de que caíra a apostar muito — aposta num choque com os 9, quase equiparados a fascistas: aposta num ataque ao AMI, aposta na oposição ao Primeiro Ministro Pinheiro de Azevedo. Isto porque o PCP — pela porta jornalística — lançou setas intencionais contra todas estas realidades políticas. Com que destino?

Ainda a opinião pública não repousava da excitação do primeiro anúncio diário de golpe de Estado e já o PS — na Cons-

tituinte e em comunicado pressantemente distribuído — divulga o perigo iminente de um golpe de Estado, mas desta vez de extrema-esquerda.

É certo que a opinião pública portuguesa já se habituou ao "golpismo" e ao seu emprego como arma de pressão interpartidária. Por um lado, porque esta Revolução tem sido mais uma sequência de golpes de Estado, palacianos ou exteriores, frustrados ou materializados. Por outro lado, porque, desde o desmentido presidencial de 4 de Julho, a credibilidade partidária para anunciar golpes adversos tem diminuído acentuadamente.

Simplexmente, o problema nuclear não reside nos "golpes" denunciados pelo PCP ou pelo PS. A questão é mais funda.

O uso pelos partidos e outras forças políticas, em momentos difíceis, do método da denúncia de golpes (inverosímiles ou indetermináveis na sua origem) é uma prática que se vai institucionalizando no nosso país em círculo cumulativo.

Resta saber se e quando a opinião pública portuguesa começa a pôr sistematicamente em causa afirmações políticas teoricamente essenciais dos principais partidos, mas praticamente desmentíveis ou duvidosas.

E o 6.º Governo? Cumpre esperar mais alguns dias para ver se o 6.º Governo Provisório se comprometeu no alarmismo apressado do PS ou se, ao invés, deve a sua prosequição a uma crítica de contramão que se chamou a descoberta PS de um golpe de esquerda revolucionária.

Ou se, muito facilmente, se gosta em frente, sem demasiado valorizar a atitude do PS.

Com mais ou menos golpes de Estado, continuamos a estabelecer um prazo de 15 dias, agora já só reduzido a 8.

Dentro desse prazo se apreciará, de facto com mais elementos, de durabilidade ou do fracasso do projecto político e da estrutura orgânica do governo de Pinheiro de Azevedo.

M.R.S.

P. S. — Agora noto que não dedico uma só linha à análise das sequelas do Conselho Nacional do PPD.

Essa análise ficará para próxima ocasião, até para se tornar clara a linha estratégica que veio a sair da reunião que marcou o regresso de Sá Carneiro.

ALEGRE, Manuel

## "Golpe de Estado"

# O PS foi avisado e os Comandos estão vigilantes

O PAÍS viveu horas de intranquilidade ante-ontem, depois de o deputado pelo Partido Socialista, José Luís Nunes, actual leader parlamentar, haver interrogado a "Ordem do Dia" na Assembleia Constituinte, em virtude de uma "notícia" na Assembleia Constituinte, em virtude de uma "notícia de extrema gravidade" que devia acontecer. Que havia um golpe de estado preparado para essa madrugada. A notícia causou enorme no Parlamento, bem como a intervenção de José Luís Nunes considerada ilegal por parte pretensas de deputados do P. C. e M. D. P. Alda Nogueira do Comité Central do PC, perguntou mesmo: "Como que houve um P. S. espalhar e alarzar transformando esta Assembleia em nada mais control de bases?". Para o P. C., em comunicado ulterior, estaríamos na presença de uma "grande eνοעה alarmista" que "serviu a Justin Perreira de que está a ser preparada qualquer grande operação contra a situação democrática e contra outras formas políticas".

A notícia tomada inicialmente pelo P. S. é, depois, amplamente divulgada em comunicados espalhados pelo país, com os quais se procura mobilizar as populações.

Cerca de uma dúzia, por exemplo, ainda na mesma redacção eram recebidos telefonemas de vários pontos de Portugal a perguntarem-lhe o que se passava, fazendo mesmo quem obrigava a afirmar que o P. S. estava a usar a verba tática do P. C. A criar "invenções para progredir no terreno".

Tentando ir mais longe na investigação EXPRESSO interrogou Manuel Alegre, da Comissão Central do P. S.

EXP. — Sabes que bases concretas se apelaram para tomarem a iniciativa de anunciar na Assembleia Constituinte, através de José Luís Nunes, que se preparava um golpe de Estado, e mesmo fazendo alusão de um comunicado vago difundido pouco depois?

MANUEL ALEGRE — Tivemos conhecimento oficial. EXP. — Oficial que dizer da parte do Governo?

M. A. — Repito "oficial". Discerni-nos que se preparava um golpe de estado para a 4 de Março.

EXP. — Foram chamados para isso por comunicação lícita?

M. A. — Sim, fomos chamados para nos ser comunicado. O que estava previsto era um ataque ao

Regimento de Comandos da Armada — fazendo, ao que parece, proceder de uma manifestação em que participariam os tractores vindos do Campo Pequeno —, um ataque à base do Montijo, tomada das estações de rádio e dos jornais, por a Rádio Renascença novamente em funcionamento, ataques aos jornais independentes, cortar as estradas de Lisboa, ataque às esquadras de polícia, ocupação do posto da rádio da PSP de Lisboa, uma campanha de cadetes contra o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo.

EXP. — Isso seria levado a cabo por quem?

M. A. — Por grupos civis armados e por elementos de certas unidades militares.

EXP. — Foram informados de quais eram as unidades?

M. A. — Foram informados de que a decisão tinha sido tomada em reuniões realizadas no Rádio Renascença e no RALIS.

EXP. — Há muito tempo que isso, no aparelho, tem grande mobilização com a II de Março, desde que houve voo do P. S. Ou seja a tal "invenção" destinou-se a converter em facto o que podia ser o conteúdo lícito.

M. A. — Nós não temos

nenhuma 5.ª Divisão a trabalhar para nós... sempre fomos contra as invenções... não somos um partido putschista e não somos contra o golpe. Depois de uma manifestação, estivámos tranquilos, tanto que o nosso camarada Mário Soares partiu para Paris e para Londres como estava previsto. Como já disse, fomos informados e nunca altura mobilizámos o partido para se organizar.

O Partido Comunista sabe perfeitamente que não se tratou de uma invenção. O Ministro Veiga de Oliveira pediu uma manifestação de apoio reunido de ministros para se discutirem medidas relativas à alteração da ordem pública que se poderia verificar. Portanto, o que foi pouco garantido é que o Partido Comunista estava tão conhecedor da situação como nós.

EXP. — E tinha tanto medo dela como você?

M. A. — Crio que tinha alguma inquietação. Simplesmente, desta vez não mobilizámos os seus militantes e dista vez também o RCP, o EN e os órgãos manipulados pelo P. C. e por certos grupos não foram ao alarido do costume. Talvez eles estivessem interessados em defender a revolução quando a revolução se confundiu com eles.

EXP — E portanto claro, que, se não tivesse havido uma intervenção por parte do Governo português que o P. S. visasse em seu auxílio, você não teria feito o que fez?

M. A. — Não fomos nós que descobrimos que um golpe de Estado estava em marcha. Foi portanto para defender o Governo e o primeiro-ministro que era o alvo principal dos ataques que nós nos mobilizamos.

EXP. — E porque terá o Governo recorrido especialmente ao P. S.?

M. A. — Eu não sei se se outros partidos foram informados, sei que nós fomos. E sei que antes de nós próprios — o Salgado Zenha e eu — sabermos do assunto, um ministro do PCP já estava inquieto...

Não, logo que fomos informados, comunicámos telefonicamente ao P. C. o que se passava e sugerimos que os três partidos fossem à televisão fazer da situação. Ficaram de nos dar uma resposta. Não houve resposta nenhuma, o que houve foi um comunicado à noite do P.C. acusando-nos de alarmismo.

EXP. — Muita gente continua, no entanto, inconsciente e a paralização da situação com o II de Março?

M. A. — A resposta a essas dúvidas só pode ser dada pelo primeiro-ministro e pelo Conselho da Revolução.

EXP. — Perguntaremos.

Sobre a madrugada de quarta para quinta-feira interrogámos, também, uma fonte próxima dos Comandos da Amadora, em apoio dos quais o PS ontem promoveu uma manifestação. Disse-nos que a nossa fonte que muito cedo (quarta-feira) haviam sido recebidas informações nos Comandos, apresentavam-se a maior dose de credibilidade. Segundo tais informações, na madrugada de terça para quarta-feira, teria havido uma reunião nas instalações dos estúdios da Rádio Renascença com a presença de militares da P. M., Rala, EPAM, e o destacamento de Engenharia da Pontinha, elementos da FUR e da UDP. Presentes, também, alguns trabalhadores, talvez da Lizavie ou Sotomave. "Percebi-nos, continua o nosso interlocutor, que a reunião

era encabeçada pelo RALIS; que ele seria, digamos, o director da reunião. Al ficou assente que teria de ser eliminado o Regimento de Comandos".

Como, perguntámos? Talvez fazendo às quatro horas da manhã um ataque efectivo às instalações das antenas da Rádio Renascença, lançando, ao mesmo tempo, uma campanha de descrédito contra o Regimento, já que eles podem apreciar a coesão da Unidade; finalmente tentando isolar o seu comandante, coronel Jaime Neves. O Primeiro-Ministro seria envolvido numa campanha de descrédito que arrastaria por concomitância o VI Governo". Acrescenta-se aqui que foi no Rali aprovada uma moção, esta semana, de não apoio ao Governo Provisório. (ver pág. 13) Continua o nosso interlocutor: "quanto ao ataque às antenas, as indicações que tenho em meu poder são precisas, pois dizem que seriam utilizados "jeeps" da P. M., nos quais seriam montadas armas pesadas e seriam utilizadas chaimites do Rali. Também determinado oficial, que já pertencera aos Comandos de Amadores, teria prestado informações relativamente aos efectivos dessa Unidade, aos meios de que dispunha, indicadores de rádio ali normalmente usados, métodos de acção e outros informes julgados pertinentes para o efeito.

Ficou ainda acordado que na hora H (seria, em princípio às 4 da manhã) seria agarrado o general Otelo — a frase deleis foi mesmo "agarrado à parede" e obrigado a optar definitivamente, dizendo de que lado estava: por eles ou contra eles. Esta operação de ataque às antenas da Rádio Renascença seria também acompanhada e integrada por trabalhadores." Segundo a nossa fonte, os Comandos chegaram a temer que no meio do "ataque" apareassem os agrícolas montados nos seus tractores (recoede-se que do Alentajo havia acordido muitos deles à manifestação de Inter-indicial). As regiões do Norte e Centro, mas sobretudo Norte, têm constantemente manifestado o seu apoio àquela Unidade.

O brigadeiro Cheraiz, comandante da região Centro mostrou-se des preocupado quando

interrogado pelo "Comércio do Porto" sobre se "acreditava num golpe conforme correm os boatos vindos da F. U. R.". Respondeu o brigadeiro Cheraiz:

"Não, de maneira nenhuma. Até porque é preciso ver uma coisa: para se comadar um país é preciso estabelecer uma organização ao longo de todo o país que permita a direcção política, económica ou social desse país. Evidentemente que os partidos hoje têm uma implantação ao longo do país que lhes possa permitir uma determinada força, um determinado sistema. Portanto, eu não estou preocupado, visto que qualquer coisa que seja feita nesse género, evidentemente que é uma aventura que poderá durar um dia, dois dias, uma semana, mas é evidente que é uma aventura que se perder, e que se poderá traduzir em alguns mortos, em alguns feridos, uma aventura que não tem qualquer tipo de dabo".

### Envolvimento dos Comandos

Voltando à nossa fonte próxima dos Comandos, disse-nos que também têm recebido manifestações de apoio da PSP e centenas de cartas, telefonemas e telegramas, de todos os pontos do país. Mas a quem acrescentaria uma incoerência dessas? Qual poderia ser a intenção dos desencadeadores?

"Também pensei nisso, respondeu-nos. Dada a maneira como estas informações saíram cá para fora era de prever que tal não teria feito ou não se realizaria. Mas a intenção foi clara; cansar os Comandos, experimentá-los, prová-los. Tentar provocar uma reacção que levasse a um outro 11 de Março. Tentar catapultar a Unidade para uma tomada de posição em relação a outra Unidade de qualquer, o que seria um 11 de Março".

Segundo fomos informados, o RALIS é de longe a Unidade que mais material possui em Lisboa. Fontes próximas dos Comandos tomam que tal material possa ser distribuído a civis em ocasião de emergência e perguntam-se quem pode, depois, dizer se estão em boas mãos.

# PPD prefere Sá Carneiro

REALIZADO no último fim de semana, o Conselho Nacional do PPD teve um desfecho que muitos observadores consideravam de azarão, e mais provável: a renunciação do cargo de secretário-geral por Francisco Sá Carneiro.

O Conselho haveria de debater outros pontos, mas aquele que mais tempo o ocupou foi o do regresso do fundador do PPD.

Assim, das mais de 27 horas de reunião, 10 foram só dedicadas à análise das múltiplas facetas da questão.

O Conselho que reúne os titulares dos órgãos nacionais do partido, representantes distritais, dos sócio-profissionais, do Gabinete de Estudos, e da Juventude Social-Democrática, num total de 201 pessoas, foi presidido pelo presidente do Congresso, Nuno Rodrigues dos Santos.

O primeiro ponto da ordem de trabalhos foi a análise da situação política portuguesa. Das diversas intervenções parecem ter saído dois.

Alfredo de Sousa examinou a situação económica e fez uma perspectiva que, segundo observadores bem informados terá sido realista, mas não muito pessimista.

Pedro Roleta e Mota Pinto fizeram duas longas e importantes intervenções. O líder parlamentar do PPD teria definido logo a sua posição correspondente a uma lezíria de esquerda do Programa do partido. Emídio Guerreiro e Sá Carneiro concluíram a apreciação — tendo o primeiro justificado a posição do PPD perante a conjuntura política desde que assumiu a chefia do partido. O segundo foi mais strá, e fez uma exposição de conjunto sobre a acção do PPD nos últimos 9 meses, em tom particularmente crítico. O segundo ponto da ordem de trabalhos seria a apresentação das actividades da Comissão Política Nacional e das Comissões Políticas Distritais.

Uma por uma, as 22 Comissões distritais expuseram os seus pontos de vista, o que provocou a sensação de noite de sábado. Além de problemas financeiros e administrativos, avultaram críticas múltiplas à inactividade e fraca capacidade de resposta dos órgãos nacionais do partido. Também ficou patente a diversidade de situações entre as comissões distritais do Norte e Centro do país e as do Sul. As Comissões das Ilhas apresentaram dúvidas sobre a questão dos autonomismos açorianos e madeirense.

No domingo de manhã, prosseguiu o debate sobre este ponto, com intervenções a título individual. Ainda sobre ele falariam, à tarde, membros do

Secretariado e da Comissão Política Nacional.

Desta parte do Conselho, segundo os observadores, são de destacar as intervenções de Magalhães Mota, Marcelo Rebelo de Sousa, Mota Pinto e Francisco Pinto Balsemão.

A primeira reacção-se de uma feição de convergência que assinalaria todas as palavras do ministro do Comércio Interno.

Uma das tónicas que adoptou foi a do apoio ao 6.º Governo Provisório, situado, depois, as perspectivas do futuro próximo do partido.

Marcelo Rebelo de Sousa introduzira as questões dos desviacionismos ao Programa do partido, e dos encaixes estratégicos a ponderar, também concluindo pelo apoio decidido ao 6.º Governo.

Mota Pinto ocupar-se-ia demoradamente da actividade do Grupo Parlamentar como grupo pressional no partido.

Francisco Pinto Balsemão — talvez o orador mais aplaudido neste ponto da ordem de trabalhos — exporia a matéria das relações internacionais, bem como os principais problemas a encarar pelo partido, no plano ideológico, estratégico e estrutural, assinalando de uma visão de esquerda, como os dois elementos anteriormente referidos.

Uma saúda de José Ferreira Júnior daria entrada ao debate da questão — Secretário Geral. Depois de se ter reconhecido estatutariamente competente para conhecer da oportunidade ou inoportunidade de política do regresso a funções de Sá Carneiro, o Conselho apreciou os factores favoráveis e desfavoráveis a esse regresso.

Mais uma vez Magalhães Mota fazia a intervenção — ponte, entre as que ponderaram as razões de oportunidade e de inoportunidade; esta, aliás, seriam desenvolvidas a partir duma exposição introdutória de Carlos Macedo.

Pelas 7 horas da madrugada, procedeu-se à votação secreta, ao que parece com os resultados seguintes: 134 votantes em 201 possíveis, sendo 111 a favor, 16 contra o regresso agora, e 5 abstenções e votos nulos.

Os observadores consideram que o factor decisivo na votação terá sido a acma polémica Emídio Guerreiro — Sá Carneiro, que durante cerca de duas horas (das 2 às 4 da manhã), segundo eles, Sá Carneiro, que se revelou fisicamente em forma, teria cilindrado virulentamente os argumentos expostos por Guerreiro, designadamente em

termos de vida interna do Partido.

O mesmo Sá Carneiro encerraria o debate antes da breve votação com uma longa intervenção de explicações face aos ataques e dúvidas que contra si tinham sido dirigidos.

Às 8 da manhã, o Conselho Nacional votava uma moção de louvor a Emídio Guerreiro, e aprovava o projecto da breve realização das Jornadas Sociais-Democráticas para o Socialismo, depois de ter convocado um Congresso Extraordinário, a realizar até 7 de Dezembro, e visando a alteração dos estatutos, a eleição dos novos dirigentes nacionais e a análise da posição do Partido face à conjuntura.

Segundo os observadores mais atentos, Francisco Sá Carneiro foi o grande triunfador pessoal do Conselho Nacional. Com uma boa forma física e uma dureza de argumentação, Sá Carneiro repetiu as posições já expostas em entrevistas e na conferência de Imprensa. Mas, em alguns pontos, parece ter revelado claras influências e moderações. Assim, quanto ao 6.º Governo Provisório. Assim também na admisión da votação de decisões anteriores de órgãos nacionais do PPD, mesmo em relação a decisões que pessoalmente diz não aceitar.

Por outro lado, um certo adiamento da data do 2.º Congresso do PPD terá sido uma das transigências perante os argumentos de vários sectores do Conselho.

O segundo ganhador foi Magalhães Mota, numa linha de convergência.

O principal perdedor parece ter sido Emídio Guerreiro e a maior parte dos membros da actual C.P.N. que não responderam nem às críticas da base, nem às pessoais de Sá Carneiro.

As hipóteses jornalísticas anteriores ao Congresso, tinham falado em dois grupos de esquerda, o da J.S.D. e o chamado Sá Borges. Ora, se é verdade que a J.S.D. ocupa uma posição programática e estratégica à esquerda, o mesmo foi acompanhado por alguns membros do Conselho. Já o ditto grupo Sá Borges parece ter sido uma criação especulativa da informação. O próprio Jorge Sá Borges não faria uma só intervenção a título pessoal durante todo o Conselho Nacional.

Fora do grupo dos vencedores claros e dos vencidos sem apelo parecem ter ficado os elementos que se colocaram mais numa perspectiva de fidelidade a um programa programático e a uma estratégia de conjuntura do que de debate pessoal. Terá sido este o caso de Mota Pinto, Francisco Pinto Balsemão, Marcelo Rebelo de Sousa e da própria J.S.D..

## A O.S.P.A.A. em Lourenço Marques Machel reafirma apoio ao MPLA

**LOURENÇO MARQUES** (do nome correspondente) — A situação político-militar angolana, a estratégia do imperialismo com vista ao estabelecimento de uma zona de tensão no Índico, a luta dos povos oprimidos e os reflexos da independência de Moçambique no panorama da África Austral, particularmente como incentivo à luta dos povos da África do Sul, Namíbia e Zimbábue, foram os aspectos dominantes da 13.ª Conferência Internacional de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos — que decorreu em Lourenço Marques, com a participação de cerca de 100 delegados de 49 países.

O Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, ao inaugurar a conferência salientou a política internacionalista moçambicana de combate contra o colonialismo e o neocolonialismo, o sionismo e o racismo, canais que alimentam o monstro imperialista.

Referindo-se particularmente à OSPAA, Samora Machel afirmou que, historicamente, a organização soube reconhecer e apoiar sem hesitação as forças que realmente incarnaram os interesses dos povos das colónias portuguesas, sobretudo nos momentos iniciais, quando era fácil diluir-se numa solidariedade abstracta o apoio concreto de que careciam as organizações autenticamente populares.

O Presidente da República Popular de Moçambique declarou mais adiante que «as modi-

ficações decisivas introduzidas pela Revolução de Outubro, pela vitória do Poder Vermelho na China e pela criação de vasta zona libertada controlada pelo campo socialista levaram a corrupção de forças no plano internacional e tornaram possível na mesma época e triunfo em larga escala do Movimento de Libertação Nacional e da Revolução Democrática Popular nos países de África e da Ásia.»

Abordado o problema angolano, um dos pontos fulcrais desta 13.ª Conferência da OSPAA, Samora Machel frisou:

«Durante estes anos, o povo angolano combates o colonialismo português, lutando com falta de armas, falta de abastecimento, falta de fardas, falta de comida.

Todavia quando o colapso do colonialismo português tornou evidente a vitória do Povo angolano, quando se patenteou a mesma corrente popular que se identifica com o MPLA, vimos ser criadas as renascidas organizações e forças poderosamente armadas para combater o colonialismo sem para combater agredões estrangeiras. Estas armas surgiram do dia para a noite para impor ao povo a vontade do imperialismo. Quando as tropas sul-africanas e mercenárias ocuparam zonas de província do Camero, de novo encontramos o MPLA a fazer face à invasão. Os ataques que lançaram o Leste e Leste não ocorreram à defesa patriótica do território nacional ocupado.

«Quando nunca se menciona

ram apoio a tropas da OUA ou da ONU para pôr termo ao colonialismo português, hoje mesmo vemos agitar-se propostas de intervenções exteriores para limpar partilhas do território angolano.

«Ações que permitiram diferentes ou foram cúmplices dos massacres perpetrados pelo colonialismo português contra o povo angolano, agitam-se hoje propostas de intervenções exteriores, para até pretensões de interesses humanitários subitamente descobertos, imponer soluções anti-populares e a partilha do território angolano.»

Samora Machel abordou depois o problema de Timor onde subitamente se viram potências militares movimentarem frotas de guerra e tropas quando a FRELIM liquidou a desordem e os massacres desencadeados por forças marginais.

Reafirmando o propósito da República Popular de Moçambique não hesitar em cumprir o seu dever internacionalista, Samora Machel acusou o regime racista de Ian Smith de tentar impedir, através de manobras grosseiras e de uma repressão brutal, a sua inevitável liquidação. Ian Smith quer agravar a sua agredão contra o povo do Zimbábue — disse Samora Machel — e nos seus planos criminosos não hesita perante o abastecimento do conflito para além das suas fronteiras. «Repetidas vezes fomos já forçados a pedir severamente provocações e agres-

«Seis contra as nossas fronteiras.»

«O povo do Zimbábue liberta-se a si próprio. O Povo de Moçambique, como todos os povos do mundo, apoiará o seu justo combate.»

O Presidente da PRELIMO e da República Popular de Moçambique referiu igualmente a solidariedade para com o povo sul-africano de todas as raças, que pretende a edificação de uma sociedade anti-racista, humana e justa sob a direcção do Congresso Nacional Africano. Resferiu ainda a solidariedade para com os camaradas de armas da Indochina, o combate dos povos do Vietname, Laos e Camboja, para com o povo egípcio e todos os povos árabes na sua luta pela recuperação dos territórios ocupados e para com o povo palestino, empenhado na recuperação dos seus legítimos direitos nacionais.

O dirigente máximo do povo moçambicano afirmou ainda:

«Em conjunto com os outros países do Oceano Índico, as forças dos interesses dos nossos povos, a República Popular de Moçambique participa activamente na batalha pela desocultização do Oceano Índico, pela presença de bases militares imperialistas. Opomo-nos resolutamente à presença imperialista de reduzir a desocultização, furtivamente alocando na Europa, à simples transferência geográfica de zonas de tensão. A área do Índico é actualmente um dos eixos

principais desta actividade imperialista, em clara violação dos interesses soberanos e legítimos dos povos da Coreia, Seichelles, Diego Garcia, Reunión, etc.»

Entre as numerosas comunicações feitas ao decorrer da 13.ª Conferência da OSPAA, salienta-se a do MPLA, que refere a dado passo: «Não reconhecemos a UPA/FNLA e o seu departamento UNITA como movimentos de libertação. São, sim, grupos especializados em sabotar e deturpar as aspirações do nosso povo. A estes grupos, únicos sobreviventes do sistema colonial caduco, faremos guerra em todas as frentes, até que o nosso povo, o nosso País, seja totalmente livre e independente.»

A conferência, a que assistiu o vice-presidente da OSPAA, o cipriota Vassos Lysarides, decidiu apoiar a todas as organizações nacionais e internacionais, a todas as forças progressistas do mundo e a todas as forças de libertação nacional e de paz para que desencadeem nos seus países um movimento de solidariedade e apoio à luta do povo angolano e para que exijam que o Governo português mantenha, em quaisquer circunstâncias, a data de 11 de Novembro como dia da proclamação da independência e que transmita o poder ao representante do povo angolano, o MPLA.

Como resolução final da conferência, no que respeita à África Austral, ficou decidido:

Apelar para a comunidade

internacional no sentido de intensificar a campanha para isolar os regimes racistas na África Austral e dar total apoio moral, material e político aos autênticos movimentos de libertação dos povos da África do Sul e Namíbia, liderados pelo ANC e pela SWAPO.

Apoiar a campanha para imediata e incondicional libertação de todos os presos políticos na África do Sul, Zimbábue e Namíbia.

Condenar as tentativas dos regimes brancos minoritários para dividir os povos africanos segundo as linhas tribais e étnicas conforme as bases fraudulentas do Bantustão.

Apoiar sem reservas os esforços dos povos oprimidos da África Austral para se libertarem, empregando todas as formas de luta, incluindo a luta armada.

Condenar a ocupação contínua e ilegal da Namíbia e apoiar a SWAPO na sua justa luta pela independência e autodeterminação.

Condenar o falso diálogo de Vorster e apoiar totalmente a luta do povo da África do Sul liderado pelo ANC contra o «apartheid», racismo e colonialismo.

Apoiar totalmente a fusão dos movimentos de libertação no Conselho Nacional Africano do Zimbábue e declarar que o Governo de maioria no Zimbábue não é negociável, e apoiando a luta do ANC pela total libertação do Zimbábue.

## O trigo e o joio

NA ENTREVISTA que hoje concedeu ao EXPRESSO, o almirante Pinheiro de Azevedo admite três alternativas para o futuro próximo da situação política portuguesa: a seguida pelo VI Governo Provisório, a autoritária-repressiva e a de extrema esquerda.

Para que a primeira alternativa vingue, ou seja, para que haja autoridade e ordem nas ruas, sem que surja a repressão, é indispensável a colaboração, ou melhor, a compreensão dos grupos políticos a que o Primeiro-Ministro chama "extrema esquerda e parte da esquerda". Se estes aceitarem determinadas regras do jogo democrático, será possível dar à revolução a serenidade de que ela carece (e que a situação económica impõe) e evitar o autoritarismo-repressivo, que facilmente descambará em ditadura. Se a extrema esquerda (aliás, bastante dividida) e os militantes do PCP (que Pinheiro de Azevedo inclui na sua análise) persistirem na escalada de agressividade verbal e física, alimentada pelos alarmismos de uns e pelos incitamentos de outros, é provável que, na região de Lisboa e em largas zonas do Alentejo, a ofensiva desses sectores, se e quando desencadeada, obtenha através da nova revolução, uma vitória. Essa vitória, no entanto, será sempre provisória, porque a infra-estrutura humana e material da sociedade portuguesa não permitirá a sua consolidação e rejeitará, com um impacto que poderá puxar tudo outra vez para a direita, os responsáveis pela nova revolução e os princípios em nome da qual tenha sido feita.

Claro que não se pode pretender que o VI Governo e a linha ou alternativa que ele representa sejam a solução única e mágica para o impasse em que Portugal tem vindo irremediavelmente a cair nos últimos meses. Mas já parece defensável que, neste momento, constitui a menos má, senão a melhor, das soluções possíveis.

Por isso, causa espanto, apreensão e mágoa verificar que certos sectores continuam a brincar com o fogo, numa situação já de si super-explosiva, como se o país fosse deles e os portugueses fossem simples objectos utilizáveis, sem remorsos, sem contemplanções, em experiências políticas de resultados duvidosos e perigosos.

Com mágoa, apreensão e espanto causa ver que, acima dos princípios e das verdadeiras conveniências, a revolução portuguesa, à medida que a crise se agudiza, se vai personalizando cada vez mais. Em muitos casos, os problemas são iludidos, adiados ou ladeados não porque interesse ao país que assim seja, mas porque é preciso respeitar a vaidade de A, o prestígio histórico de B, a ambição e a influência de C.

Portugal, no entanto, não é nem pode ser o laboratório onde os detentores do poder ensaiam as suas invenções revolucionárias, nem o palco onde as volúveis personalidades políticas representam os seus monótonos melodramas. E os portugueses recusam-se a ser cobaias, e repudiam o lugar de meros espectadores de uma má peça de teatro.

Desde a "condescendência perante o roubo ou o desvio de armas à tolerância perante a criação de órgãos militares de intervenção que vêm substituir outros que não se desfazem para não ferir susceptibilidades, desde a insistência no erro ao louvar da ignorância, desde as loucuras renascentistas num país europeu do fim do século XX à persistência em compromissos incumpríveis — tudo são provas da incoerência, da fragilidade e de impermanência da situação em que vivemos.

Todos estamos mais ou menos conscientes disso. Todos somos mais ou menos responsáveis pelo arrastar da inconsistência. Simplesmente, há os mais conscientes e os menos conscientes, tal como há os menos responsáveis e os mais responsáveis, e sucede que, regra geral, os menos conscientes são os que maiores responsabilidades têm (no presente e no passado) e que os mais conscientes são aqueles a quem menos responsabilidades se pode atribuir (no passado e no presente).

Felizmente, há excepções. E, mais do que nunca, é preciso que elas emergam, que os mais conscientes seja também os mais responsáveis, para salvar a democracia, a revolução e o país.

É tempo, na verdade, de separar o trigo do joio. Na política, como em tudo. Antes que as três alternativas de Pinheiro de Azevedo se transformem numa quarta e única: o regresso ao fascismo.

MADEIRA, António  
 LUCENA, Manuel de  
 RAVARA, Luciano

A PÁGINA de Opinião dá hoje a palavra a MANUEL DE LUCENA, cujas análises políticas os leitores conhecem já de longa data. Defende ele a necessidade de uma "valente auto-crítica da esquerda" para que seja possível a "compatibilidade entre a esquerda e a nação".

LUCIANO RAVARA fala do "socialismo humanista" em que o valor individual da vida não será anulável pelo primado do social, considerando tarefa prioritária a compatibilização entre Marx e Cristo.

ANTÓNIO MADEIRA, um leitor, envia-nos um discurso sobre o todo-poderoso "discurso do Estado".

## As trágicas viagens do discurso do Estado

António Madeira



ANDANDO um dia Zarathustra falando a quantos o queriam escutar, disse: «O Estado é o mais frio dos monstros frios. É frio mesmo quando mente; e eis aqui a mentira que sai da sua boca: "Eu, o Estado, sou o povo"».

Não existe sobre o planeta nenhum Estado que não veja no povo a razão suprema da sua existência e da sua acção. Mas se acaso as circunstâncias não são favoráveis a um reinado «próspero» e «tranquilo», devido à impopularidade de tal governo ou tal partido político, recorre-se ao reforçamento da autoridade, através de todos os meios que garantam as condições necessárias para a existência, de facto, de tal governo ou tal partido político. O reforçamento da autoridade é, sempre, levado a cabo com violência. Desde a violência das armas até à violência do mais subtil discurso, o discurso detergente.

Desde que o Estado é Estado, a sua argumentação consistiu na preocupação fundamental de governar uma colectividade, apoiando-se no Direito e na Moral, a fim de tornar a vida mais suportável... Assim, os governos e partidos políticos dominantes, tornaram-se os artesãos da felicidade dos povos. Detendo as rédeas do poder de Estado, eles declararam-se féis servidores da vontade popular. A sua sobe-

renia foi conquistada das mais diversas maneiras, desde o trampolim do campo de batalha, não esquecendo a sucessão, até às mais modernas fórmulas, ditas democráticas, ou sejam as eleições. E cada vez que um Estado é governado por novos inquilinos do poder político, artesãos da felicidade humana, vindo eles do golpe palaciano ou da maioria eleitoral, institucionaliza-se um novo tipo de discurso, que, na maioria dos casos, exprime os conceitos de vida de meia dúzia de cabeças. Surgem, então, o bom e o mau, produto da nova realidade política. E é neste contexto que a História se volta a repetir. Tem lugar uma desenfreada «caça às bruxas», ouve-se o ladrão gritar: «agarrá que é ladrão», invocam-se «razões de Estado» para prescrever determinadas medidas, etc., etc.

Não me irei debruçar sobre o conceito de vida suportável, em virtude de não me sentir com o fôlego dum oráculo, nem tão pouco analisar a presente situação política em Portugal, visto que prefiro sentir os hálitos dos mares silenciosos. Abençoada modesta pobreza! Pretendo apenas dirigir a atenção para as viagens trágicas do discurso do Estado.

Como atrás dei a entender, o governo ou partido político, pelo controlo que exerce sobre todo o aparelho de Estado, tem ao seu

alcance a possibilidade de fazer veicular o seu discurso. O seu primeiro investimento é creditar-se a si próprio, com o objectivo de ser compensado com o crédito do povo. Gestio hipócrita, é certo! mas que tem dado bons resultados para os que governam. O nacional-socialismo hitleriano, para além da cruel ditadura exercida, pode congratular-se de ter governado tantos anos e arrastado o povo alemão para a guerra, graças ao subtil discurso do poder, graças ao subtil Goebbels. Nas relações entre opressores e oprimidos há sempre complicitade. Quando o Estado tem ou diz ter a caução do povo, ele investe, seguidamente, na intoxicação do seu domínio, está intimamente dependente da eficácia do discurso detergente.

Recuemos um pouco. Na Idade Média o discurso detergente era veiculado pela Igreja. Como só a aristocracia e os frades tinham acesso à educação, eram estes que, através do sermão, levavam ao vulgo ignorante o discurso do poder. As ideias, o conhecimento, as perdas mentais do obscurantismo da época, giravam, pois, a partir dessa maligna seita. E tudo o que circulava na boca das massas era o reflexo do discurso político e moral do Estado. Com o aparecimento da imprensa e com a evolução das ideias, os povos tiveram mais acesso a esse discurso, ou melhor,

o discurso chegava até eles em condições mais amplas. Os Estados conseguiram mobilizar o povo, não só para a fome, mas ainda para a guerra. Guerra contra outros povos, justificada na boca dos governantes. E o povo, tornado exército, dava a vida, porque o Estado assim o exigia.

Hoje, em todos os países, os jovens de uma certa idade, são considerados soldados, sem que eles julguem a sua situação anormal. Da obrigação nasceu o dever. Na realidade, o discurso do poder, apropria-se de alguns anos de vida de um cidadão e veste-o de guerreiro, pilar do expansionismo de cada Estado, sob a capa da defesa do mesmo.

Durante o terror da Inquisição, o Estado forjou o discurso apropriado, impôs as suas verdades, creditou-se no assassinato de milhares de vidas. O discurso do poder serve sempre os interesses de certas classes políticas. No campo internacional, o discurso dos Estados conseguiu persuadir milhões de homens. Desde as funestas cruzadas até às guerras dos nossos dias, é sempre através desse método pestífero, coberto de pretextos religiosos e políticos, que se impõe a lei da espada e do fogo.

O aparecimento de jornais, rádio e televisão vem aumentar o raio de acção do discurso do Estado. E mais! esse discurso

propaga-se hoje à velocidade de ticles.

Vou citar três exemplos da assimilação, por parte do povo, do discurso do Estado.

O primeiro passou-se em Faro. Num café da R. de Santo António, a uma mesa do canto, decoreia uma discussão animada sobre futebol. O que falava mais alto, costuma ser, neste país, o que mais razão tem. Por isso, o tom de voz crescia, o que me despertou a atenção. A uma dada altura, um dos homens disse: «aquele árbitro era um reaccionário». Na realidade, eu vinha de assistir a uma maneira de se apropriar o discurso do poder, onde, actualmente, há revolucionários, (dizem eles), e fora dele estão os reaccionários. Chamar reaccionário a alguém, durante o fascismo, passava despercebido. Hoje, é ofensa grave, é denúncia política. Hoje, o mau é incarnado pelo reaccionário. Tal fraseologia não se pode ouvir nas Beiras ou Trás-os-Montes, em virtude dos mass-media não açambarcarem tais regiões. (As eternas contradições entre a cidade e o campo).

O segundo episódio passou-se em Lisboa, num jardim municipal. Uma menina brincava sobre a relva alegremente. Devia ter cerca de 5 anos de idade. A uma dada altura começou a cantar. Qual não foi o meu triste espanto ao ouvir o «avante, camarada...» Perguntei-lhe o que ela cantava. Respondeu-me, sempre com um sorriso infantil, que tinha ouvido na rádio. Imagino quantas vezes... Sem comentários!

O terceiro exemplo, talvez o mais significativo. Quando a campanha eleitoral começou em Portugal, todos os partidos políticos lançaram-se no namoro do poder e das massas trabalhadoras. Em demagogia é talvez difícil discernir o campo. Adiante! De norte a sul do país, não deixando de referir as inscrições que vi no ponto mais alto da serra da Estrela, todos os partidos clamavam eleições, ou melhor, votos, através das suas siglas políticas. Este comportamento, idêntico ao dos namorados que gravam nomes e corações nas árvores, correspondia a uma fase de afirmação dos partidos. Facto admissível, se se tiver em conta que a maioria deles havia conhecido a ilegalidade rigorosa durante a ante-

rior regime. Mas essa necessidade de afirmação inflamou-se nas massas populares. Foi assim que vimos as lapelas bordarem-se de emblemas partidários. Realizadas as eleições, assistiu-se a um refluxo dessas manifestações exuberantes. Com o andar dos meses os emblemas ficaram em casa. O poder definia cada vez mais as suas linhas directrices. Seguiu-se um novo fenómeno curioso. Por intuição ou pressentimento, as pessoas das grandes cidades interiorizaram de tal maneira o discurso veiculado pelos mass-media, que passaram a agir e a falar como se tivessem no Estado e em todo o seu aparelho a profundidade política de um determinado partido. O mais grave da questão, está no facto das pessoas voltarem aos velhos hábitos, falando em voz baixa e olhando para o lado, então, recosas dum certo tipo de repressão. A confirmar...

Através dos mass-media, o discurso detergente, o discurso do Estado, tem a capacidade de intoxicar a colectividade. Enquanto esse discurso monopolizar os mass-media, como pode ser possível, a essa colectividade, pensar e agir livremente?

Todo o discurso detergente é, pelas suas características, obscurantista.

Os editores lançam-se nos livros políticos e na comercialização do sexo e do erotismo.

O Estado parece querer ter os seus escritas privativos. A dissonância? Que horror!... Em certos regimes, ditos democráticos, já se adoptou a fórmula dos asilos psiquiátricos para que o discurso seja uniformizado. Os governantes, em apuros, vão para a rua de lanternas em punho como Diógenes, mas desta vez não procuram mais que uma alma patribótica.

As viagens do discurso do Estado tornaram-se trágicas. A tragédia reside na suprema necessidade de purificar o discurso, para que ele deixe de ser detergente. Será possível? Sobretudo, será isso possível enquanto existir Estado?

E Zaratustra disse ainda: «Onde acaba o Estado começa o homem que não é supérfluo; onde acaba o Estado começa a canto da necessidade, a melodia única, insubstituível».

# Socialismo: realidade ou mito

Luciano Ravara

A ideia de socialismo tem conhecido diferentes contornos de valor: assim para a escola alemã (socialismo feudal) seria o modo de atenuar a miséria da população rural e industrial, e evitar o deslize entre os capitalistas grandes pela industrialização do país e a pequena burguesia rural feudal em declínio social. Para Marx seria o sistema social que permitisse a uma criança nascida com o gênio de Mozart ou de Rubens realizar-se plenamente; para Teilhard a socialização é um passo da evolução do homem que se segue ao despertar da consciência individual (humanização). A consciência do seu destino como espécie leva-o à compreensão do passo último — a noofera ou encontro com o Criador.

O marxismo surgiu como reação ao pensamento Hegeliano, por sua vez oposição ao idealismo Kantiano ou primado das ideias, vai tentar libertar o homem da sua alienação, pelo primado do social; a desalienação económica filosófica e religiosa, desemboca num novo culto — o de socialismo científico, ou o marxismo do século vinte. Da recusa do idealismo Kantiano e da reafirmação do cri-

ticismo de Hegel passa-se ao materialismo histórico que se transforma num método para grandes massas do comunismo mundiais.

Poder-se-á objectar que a simples apropriação pelo Estado dos meios de produção não resolve o problema da alienação económica; novas alienações surgirão com a passagem das mais valias para o patrão estado. O estado todo poderoso é incarnado por uma nova classe que se encarrega do futuro de milhões de cidadãos que não gostam em democracia dita popular de qualquer poder de decisão. A sociedade sem classes devota países é como dizia Robert a ditadura de uma classe sobre todas as outras. Seria interessante demonstrar a exequidade ou não do desaparecimento das classes sociais; o determinismo biológico fruto da teoria genética, condiciona a capacidade intelectual, o grau de aprendizagem de cultura, e é um limitativo importante à desejada igualdade social. Em igualdade de oportunidades de acesso ao ensino, resultarão diferentes categorias de educandos que vão entrar na engrenagem social das

sociedades modernas, com elevada aptidão de diferenciação técnica, com valores diferentes no mercado de trabalho. A sociedade sem classes se impõe coercivamente através um tabelamento pela mediocridade e é um empobrecimento na diferenciação possível dos homens. Uma política verdadeiramente democrática é quanto a nós a que permite real igualdade de oportunidades ao ensino, à saúde, ao conforto e ao bem estar, aliada a uma política de exigência escolar elevada, o aproveitamento de massas dos alunos, e não de uma política elitista ao serviço dos "Happy-few". A possibilidade de chegar aos graus superiores da vida social e política mediante o trabalho e a aplicação individual e sem protecções ou discriminações à partida, é o melhor estímulo a uma vida social democrática, em que o interesse pelo auto aperfeiçoamento possível de classe permite o refazer da esfera dos gentes e da classe política assente numa só concorrência.

O Socialismo humanista só será atingido quando o valor individual da vida for uma realidade não anulável pelo primado do social,

inerente às sociedades progressistas. A compatibilização dos dois é tarefa difícil mas sem ela o socialismo dito científico será sempre burocrático e estúpido.

Compatibilizar Cristo e Marx é tarefa prioritária encetada já por Caraday e não só, sem esquecer os valores tão caros a Moulinier. Não será possível à humanidade completar a fase de socialização de que falava Chartin sem um redimensionamento dos valores sociais, feitos à luz de um humanismo renovado, condição premissa de um socialismo autêntico.

# Antes que seja tarde

Manuel de lucena

COM NOVO Governo — e com o Conselho da Revolução remexido — coadói-se venha um curso político melhor. Mas para tanto não bastam as boas intenções. É preciso que o poder possa. E mais: em o Poder podendo, necessário será que a sua vontade não transija, no essencial, com os vícios do antecedente. Há portanto um problema de autoridade e outro do que fazer com ela, mas têm de ser resolvidos em conjunto.

2. A autoridade é civil e militar. Não se diga, num "ping-pong" estró, que só teremos vigor no governo quando se estabelecer a disciplina na tropa; ou, pelo contrário, que a unidade das Forças Armadas se refará quando — e só quando — estiver em andamento uma decidida governação revolucionária e nacional. Estas coisas só vão (ou não) juntas e nenhum sector poderá engeitar as próprias responsabilidades. Quanto aos quartéis, onde se não deve voltar à vida antiga, é todavia evidente que se possa pôr cobro sem dor ao vertiginoso desmandado actual. E quanto mais tempo passar pior será. Quanto à parte política, urge evitar que, uma vez repulido o análio comunista, nos sobrevenha uma partilha clientelar do Estado pelos partidos políticos.

Em tudo isto, um sobretudo a pedra o Partido Socialista e o "Grupo dos Nove". A clara formulação de um programa e de uma consistente estrutura estadual dará por certo alento às energias militares. Mas a manifestação destas não será, por outro lado, menos estimulada dos talentos civis. Ponto é que não fiquem todos à espera uns dos outros. Ou não tenham de serem vistos em má companhia.

O programa de um novo curso tem múltiplos aspectos, alguns dos quais não cabem aqui, numa breve nota. Quero apenas chamar a atenção para alguns que, por serem verdadeiras condições de possibilidade, sobressaem dos restantes. Refiro-me nomeadamente a duas matérias: a política económica e a descolonização que não desobscure para quase tudo o mais. Não basta com efeito sanear o aparelho de Estado o projecto do PCP, enquanto totalitário e rasadão. É necessário dizer que esse projecto correspondia muito exactamente ao descalabro infundado nas colónias, bem como às maquinações e burocracias nacionalizadas decididas na metrópole depois do "II de Março". Consequentemente, busleto será desajarmos um outro socialismo se na economia e na descolonização

não soprar agora outro vento. Nas condições em que uma e outra se encontram "socialismo há só um, o de Vasco e mais nenhum". Ou melhor, havia, porque Vasco Gonçalves se foi e porque a via que ele propunha acabou aí. Continua a ser possível (e temo até que provável) algum forte sobressalto esquerdista, sob a forma por exemplo de uma "tempestade" tragico-óptica de Lisboa e arredores. Mas durará pouco, mesmo que ajeitasse muito. E amecendo-se a dar o pau de bandeja à direita extrema.

3. Sejamos sérios: as que não se realizar-se neste país, e depressa, são as duas condições essenciais de um qualquer fascismo: crise económica catastrófica e grave humilhação nacional. Da primeira falam os índices do desemprego, da balança de pagamentos, da situação cambial... etc. E a segunda torna-se presença física na pessoa de milhares e milhares de "retornados do ultramar", que aliás não parecem nada dispostos à emigração. Ora Portugal mudou muito desde o advento de Salazar e já não é aquele país rural de tão brandas costumes. Desta vez, o fascismo arrisca-se a ter entre nós aquela "dinamite de massas" que por cá sempre lhe faltou. Lutar contra ele, hoje, não é brandir o espantinho de um improvável golpe chileno. O fascismo é sempre ledinho e tanto pode vir de fora como por degenerescência interna... Lutar contra ele, antes que seja tarde, significa sim, sobretudo impedir que o clima social se lhe torne favorável. Nas nossas condições actuais, as tarefas prioritárias estão em limitar ao máximo a gravidade (e a duração) da crise económica; e em tudo fazer para que em Angola como em Timor (e alguns) se salve tudo o que ainda pode ser salvo em vidas e haveres; e se preserve o preservável em termos de sua presença.

4. Estamos os novos responsáveis saaz conscientes destas prioridades necessárias? É de temer por vezes que não, quando se vê que a guarnição de Angola continua a não ser reforçada; e mais ainda quando se fala em anacardos para 10 de Novembro e regresso das tropas, como se se julgasse possível tratar (por agora) a questão africana na base de uma satisfação social aos retornados. E também é de temer que não ao ouvirmos promessas de que "o processo" (aparentemente o mesmo "processo") não recuará no terreno económico, embora se introduza agora uma pausa para consolidar e "desburocratizar" as

suas aquisições. Como se a men-pausa e a "desburocratização" bastassem para relançar a economia. A fim de que a economia recupere é necessário antes de mais atrair investimentos (não bastam empréstimos nos conviria exagerá-los e para atrair investimentos o que se promete é muito curto, sobretudo ao considerar-se a promessa com a ameaça de um indefinido poder popular. Assim não.

5. Esperemos que o "nosso curso" ao arrancar, despista as preocupações que aqui ficam. Ou assumo a sua novidade, e que se seja capaz de "remar" quando o "remo" for justo, sem ceder à chantagem das libéris acusações de divitismo. Mas a chantagem é pensada ideológica e prático e que temos diante dos olhos justifica este alarme. Na própria Assembleia Constituinte há quem estrague a Constituição e a divisa dos portugueses para que ela fique "bem de esquerda", revolucionária e marxista e os netos a possa contemplar mais tarde, num neto, esfumado. Mas isso seria depois. O que hoje se joga e com pouco tempo para se ganhar é a compatibilidade, por largos anos, entre a esquerda e a nação. E sea uma valente autocrítica de esquerda (não a do "Copcon") entregada à direita ou monopólio à alguns temas maiores: o da dignidade, o do desenvolvimento, o da liberdade. Eit, o que vir acima de tudo evitar.

No poder político estão actualmente alguns homens que sabem disso. Assim queiram também agir, com a capacidade de ruptura que se requer nesta acção.

Lisboa, 28 de Setembro de 1975.

P.S. (30/9/75): E para que, ao vez de pagar o touro de carne, sabendo com indolência apropriada de órgãos privados e subvencionadas algumas direcções de órgãos nacionalizados de comunicação social, se tenha produzido acrop-militarmente as rádios e a TV, com uma motivação discutível. Mas não se pode agora ceder à pressa demagógica sem breves generalizações consequentes. Emenda a não são, mas ao avesso. De uma coisa necessita mas que não se fará recando. Só impede-se a disciplina democrática se poder tratar de concreta participação de trabalhadores de informação e gestão das respectivas empresas.

AZEVEDO, *Pinheiro*

# PINHEIRO DE AZEVEDO QUER ALINHAR AS FAs

"PECO-VOS que me ajudéis a manter o prestígio da manutenção à ordem política, das Forças Armadas. Há militares que, por sempre se acharem no mesmo nível a ser acusados de fascistas, a reacções". Estas palavras do primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo, pronunciadas durante a manutenção do PS, de apoio ao II Governo Provisório, já antes teria dito na mesma situação: "No domínio de manter a disciplina para vencer a anarquia em que temos vivido. Há que tomar medidas concretas que rapidamente possam contribuir para manter a ordem, sem a qual vamos cair no fascismo que está sempre à espera".

Pinheiro de Azevedo, apesar dos poucos dias que leva à frente do Executivo, já deixou bem vinculada a sua personalidade típica de homem amante da autoridade militar, de militar de carreira que para a hierarquia e que não se compadecer facilmente com hierarquias, para quem Suverano quase prótoma da 5.ª Divisão, uma espécie de FUR fardado, devem ser fardados no seu âmbito militar. Parece mesmo que Pinheiro de Azevedo foi particularmente franco na entrevista que teve com delegados da FUR, depois de sim, em pleno Restauradores, terem exigido, alto e bom som, ao general Otelo Sá de Carvalho o desarmamento dos militares espertos de rádio, dando-lhe a

hora para tal. Passou-se muito mais de meia hora. Os Furs foram a S. Bento com Otelo e Pinheiro de Azevedo não cedeu um milímetro e a tónica da autoridade como meio de evitar o regresso do fascismo e impedir o caos económico e não só foi batida com frequência pelo primeiro-ministro, nem sempre em termos meigos. Otelo, que ainda horas antes havia afirmado no Palácio Fox e na presença do ministro da Comunicação Social, Almeida Santos, o seu apoio ao governo por estar convencido que se trata de um governo defensor das classes trabalhadoras e que ao entrar no palácio havia sido pelos mesmos Furs apodado de fascista e social-democrata, não esteve na sala do Palácio de Belém no decorrer da maior parte das conversações.

Otelo, sintomaticamente, começou também já a protestar contra a indisciplina e à acutular contra o caos económico, caminho rápido, segundo também a sua opinião, para o regresso do fascismo. Os chefes dos três Estados Maiores sintetizam na mesma onda. De uma maneira geral pode dizer-se que os Quadros Permanentes das Forças Armadas vêm com desgosto a formação de grupos nos interiores dos quartéis, quando esses mesmos grupos são formados a partir de baixo, fugindo-lhes ao controlo, para passarem a depender directamente do respectivo líder ideológico.

## «Militares para os quartéis»

Oelo, ao regressar da Suécia, referiu-se com desconfiança aos lies. Fabião, em entrevista ao Diário Popular, revela toda a sua estrutura pessoal hierárquica. «Agora não empregue "tout ven" a linguagem de um Sousa e Castro de militares-para-dentro-da-quartéis. O espírito, porém, é o mesmo, espírito que informará à terra quando for necessário actuar. Já, nessa entrevista ao "Diário Popular" a 17 de Setembro, em linguagem aparentemente bastante séria o problema no contexto de forma possível a guerra civil. "Vamos voltar, e todo o custo, a nós das tropas para a mar, e o que quer está, se for para combater a qualquer ou qualquer agressão de do exterior. Na já citada declaração de Klement, acrescenta chefe do Estado Maler do Oelo, a guerra é a continuação política por outros meios." E continua: "portanto, se permitirmos ao uso de força para salvar esta e outras instituições que pertencem ao processo revolucionário terá que avançar, não há mais dia a revolução de E de Avel e o MFA e surgirá uma revolução ou outra situação possível. A verdade é que a nossa revolução acabará neste dia. Como alguns, se reconhecer tal eventualidade as duas hipóteses incluídas serão possíveis ou uma estrutura militar de esquerda ou um ditador militar de direita e, não receto as ditaduras militares, que se sejam de esquerda ou de direita, conduzam quase invariavelmente ao fascismo, lutaré com o uso de várias forças para que tal de aconteça e que se evitem até ao momento os confrontos militares de que só os nomes inimigos têm a beneficiar.

Os militares que quero combater revolta, estamos ainda a encontrar a general Fabião, de sua necessidade de nos ajudar, se soldados lutam sempre ao lado do povo, como filhos do povo de nós. Se os militares que os que se regressarem deixarem são aqueles que melhor servem o povo, de todos os vícios de que os militares se queiram".

Neste passo da entrevista comenta: "porém aqui temos de entender, pois que a pulverização que já referimos de alguns e de ideias são tantas e são tão diversas, porque se os analisamos em profundidade até mesmo, se não sei como é que podemos que o sejam que nos estamos que as próprias bases se vão. Por isso temos tentado uma prática e clara definição de disciplina e unidade revolucionária em termos de".

## Fabião concorda

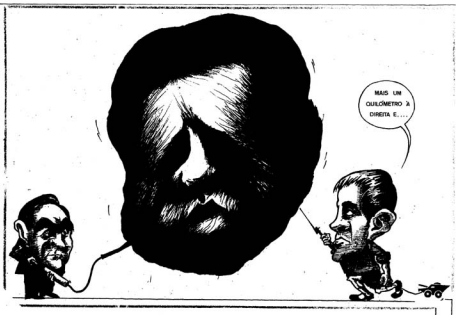
Repare-se bem nesta última passagem e veja-se que para o general Fabião é em torno desta precisa e clara definição política que se devem organizar disciplinadamente as Forças Armadas. Porque o general Fabião tem, neste último incidente e sobretudo nos momentos públicos de tomadas de decisão importantes e ditamos mesmo drásticas de Pinheiro de Azevedo, aparecido ao seu lado conclui-se, se as palavras acima não bastassem, que para o chefe do EME é clara e precisa definição política passa pelo governo e concretamente pelo governo actual. Por isso mesmo, muita gente que considera o Ralle em bloco uma unidade revolucionária se admira da moção de apoio ao general Fabião que os militares daquele aquartelamento aprovaram ante-ontem. Há quem veja, porém, em tal moção o fundo herético inerente às Forças Armadas que por necessidade congénita tem necessidade de um chefe a quem obedecer, numa altura em que o general Otelo Saraiva de Carvalho começa a entrar em desgracia nos meios militares epidemicamente populistas caso típico e sintomático Dinis de Almeida-passando-se com-as-Chaimites-soldado ao-lado-do-povo-com-povo-a-subir-para-as-chaimites-festa-na-rua-a-mostrar-o-coração-de-florim. Palavras mágicas a ascenderem à categoria de mito são no nosso processo político, entre outras, soldado e gente, como se a farda fosse carisma que transforma instantaneamente as pessoas e povo fosse algo desligado das conjunturas decorrentes. Neste vício caem os SUVs, filhos legítimos das cúpulas que os engendram. Soldado é gente, é pessoa, com as

limitações, opções e diferenciações das pessoas e gentes do seu meio. Com a politização ou despolitização das gentes do seu meio. Soldado passa 15 meses no quartel e não é,

nem pode ser no nosso esquema de Forças Armadas, emanção directa do estrato sócio-político em que se inserem, um componente (só pelo facto de ser soldado em Portugal em 1975) do estrato popular (que não existe). São equívocos que mais tarde cavam desiluzões em revolucionários que o eram apenas enquanto lúdicos. O mesmo equívoco, como alguns nos dizem, em que laboraram

aquelles que pensavam que ser negro em Moçambique era sinónimo de ser revolucionário. Esse soldado em Portugal porque se entrou para um quartel onde lhe vestem uma farda. E-se negro, devido à cor. Em virtude das origens o termo pode ser mais ou menos propício. Mas não basta. Soldado é também direito a aprendizagem militar, a manejar arma de fogo e a possibilidade física de a usar para defender as suas ideias, com as quais nem todos os colegas coincidem, fonte potencial de zaragata.

Uma das últimas vozes em letra de forma a reclamar a ida dos soldados para os quartéis foi o governador civil de Évora, capitão José Luís Cardoso, em entrevista à Luta, publicada a 30 de Setembro: "Penso que os militares para além das eleições para a Assembleia Legislativa o mais aqueles que constitucionalmente, devam permanecer ao poder, devem reger os quartéis. É correcto que os militares façam política, mas então larguem os quartéis".  
Filmo-se em partidos políticos voltam à vida civil. Um de grandes males da crise que se passou, foi pôr o Exército ao serviço dos partidos. As Forças Armadas têm de ser suprapartidárias, extrapartidárias".



MAS UM  
OULÔMETRO A  
DIREITA E....



## Hierarcas e indisciplina

Porque surge assim, como explosão, a voz dos hierarcas a clamar contra os movimentos de base nos quartéis? E que a desagregação das Forças Armadas no sentido tradicional decorre (ou estava a decorrer) em tão acelerado ritmo, havendo já atingido corpo bastante para se poderem detectar as linhas mestras do seu crescimento. O assunto é tanto mais importante, quanto é certo que o problema mais agudo, em Portugal, não é, em primeiro lugar, o de saber qual o tipo de governo que vai tentar orientar os destinos desta nação. O problema mais grave é o de saber quem é o detentor do poder, o que imediatamente nos leva a pensar nas Forças Armadas. Que Forças Armadas é que nós temos? Quem é o que defendem essas mesmas Forças Armadas? Pinheiro de Azevedo garantiu que havia de conseguir autoridade para governar. Isto na manifestação do dia 30. do Partido Socialista, enquanto ante-ontem era aprovada no Ralis uma moção de apoio a todas as acções que vissem o derrube do VI Governo Provisório.

Diz-se, então Pinheiro de Azevedo: "Ao assumir cargo de Primeiro-Ministro do VI governo declarei solenemente que uma das objectivas fundamentais era reconquistar, da maneira quanto possível, a autoridade para gover-

nar. Tenho-me empenhado para o conseguir e hei-de consegui-lo". Claro que para tal as Forças Armadas são objectivo primeiro, havendo mesmo quem fale, por exemplo, na dissolução da PM, em virtude de se haver recusado a embarcar para Angola.

Nem todos os soldados, porém, pensam como os da PM, se atedermos a que na quarta-feira embarcou para aquele território uma companhia de Caçadores paraquedistas, cerca de 140 homens, do RCP de Tancos, a qual se ofereceu voluntariamente para cumprir a missão Partiu, no meio do silêncio dos órgãos de Comunicação Social em avião fretado à TAP. A notícia foi-nos pessoalmente confirmada pelo comandante do regimento, coronel Calheiros, que nos informou ainda ter aquela companhia de tropas especiais sido solicitada pelo Estado Maior da Força Aérea cinco dias antes da data de embarque.

Na unidade de Tancos, e como é habitual, foram pedidos voluntários para o desempenho da missão em Angola, tendo-se apresentado muita qualidade e segredo as palavras do comandante, cerca de o dobro dos homens necessários. Tendo nós perguntado ao coronel Calheiros qual o significado de semelhantes, oferecimentos, a sua resposta foi: "as outras secções de embarque de tropas não tiveram aqui qualquer reflexo e o pessoal continua mobilizado para a necessidade de defender Angola e o que lá está".

Na generalidade, porém, a sensação predominante quanto às

Forças Armadas é daquilo a que chamam indisciplina, muito dela causada por filiações ideológicas em organizações que não existiam a conquista do poder por meio de armas e para tanto se armam.

Dizia-nos há dias um capitão colocado em determinada unidade da província: "agora não sabemos de qualquer maneira. Já fizemos saber ao nosso comandante que quando nos quiserem empenhar numa qualquer acção, imem, primeiro, de saber, concretamente, de que acção se trata e qual os seus objectivos". Em conversa com dezenas e dezenas de oficiais, sargentos e praças, chegámos à mesma conclusão: dificilmente se pode justificar, em Portugal, um grupo de cinco mil homens dispostos a combater na mesma direcção e com os mesmos objectivos, a menos que se trate de defesa contra invasão estrangeira. Mesmo, neste último caso, talvez algumas poderiam invalidar a afirmação acabada de fazer.

Ser-nos-á possível multiplicar dezenas sendo centenas de exemplos para captar uma radiografia das nossas Forças Armadas. Temos de entrar também, num quadro em linha de conta com a influência que determinadas organizações civis fazem sentir no interior dos quartéis, sendo a primeira na ordem do tempo e devido ao clamor que provocou a tentativa de assassinato do coronel Jaime Neves dos Comandos da Amadora, acção em que estiveram envolvidos diversos elementos do Partido Comunista Português e organizações afins como então foi publicado. Recordar-se, a propósito, que ainda recentemente este

oficial teve de recorrer à assinatura pelo punho do Primeiro-Ministro para conseguir material pesado para a sua unidade, uma unidade das mais coisas em torno do seu comando.

Em conferência de imprensa da Escola Prática de Infantaria de Mafra, no sábado da passada semana e em relação com o facto de Otelo Saraiva de Carvalho haver dado ordem para serem postos em liberdade os dois militares encarcerados na Trafaria contrariando a autoridade do Comandante da Escola ordem que Otelo deu sob pressão da multidão, foi ali afirmada: "dada a atitude de indisciplinas generalizada que conduziu o País a curto prazo para uma situação de direita e comandante inferior da Escola Prática de Infantaria, "de Mafra" decidiu abandonar a unidade e apresentar-se na direcção da Arma de Infantaria, em Lisboa". Estamos convicções que a degradação das Forças Armadas portuguesas para "a impossibilidade de fazer qualquer golpe reaccionário que surja neste país". Esta posição é de "maior parte dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente A. FPI".

De notar que os soldados libertados "pela multidão", por ordem de Otelo Saraiva de Carvalho, uma vez regressados a Mafra, foram, segundo nos informaram, de novo detidos, facto a que os órgãos de Comunicação Social se não referiram.

Nessa mesma conferência de imprensa insistiu-se com frequência na "situação político-militar de país filo degradado, que só nos pode conduzir à derrota, se o grupo dos oficiais". E acrescentou um dos oficiais: "continuamos a esperar de que se esclareça publicamente os casos dos civis feridos, que fomos para o Norte realizar operações militares, a desorganização feita no Comando da EPI com a libertação de presos, as armas desaparecidas e os falsos resultados dos SUV organizadas por civis feridos". Quanto a Otelo Saraiva de Carvalho disseram: "É muito difícil saber-se quando o general Otelo Saraiva de Carvalho fala verdade".

Informações dignas de crédito garantiram-nos, por sua vez, que a EPI está vigiada noite e dia por civis a cargo de determinadas organizações políticas encarregadas de dar o alarme logo que consigam detectar movimentos suspeitos.

Quanto a Otelo Saraiva de Carvalho, um dos homens que inicialmente parecia vir a desempenhar lugar de núcleo no processo revolucionário português. É agora das figuras mais contestadas a nível das Forças Armadas: à direita e à esquerda. Recordase que os FURs o apedraaram de fascista ainda há dias e que tem sido reprovada a afirmação do Comandante do COPCON segundo qual está em boas mãos as armas desviadas pelo capitão Fernandes. Há quem se pergunte quem são estas boas mãos e se o povo português tem de confiar cegamente no general Otelo e no capitão Fernandes. Também a demissão do Comandante do Tem-Auto envolve directamente a personalidade do General.

## Líderes ideológicos em vez de comandantes

A existência de organizações civis armadas está a provocar que outras organizações civis se armen também para defender as respectivas ideologias. O mesmo aconteceu no interior dos quartéis em que os grupos começam a obedecer mais a líderes políticos que aos comandantes hierárquicos. Tal situação, preste de guerra civil, pode levar o país a uma situação de angustiação em que os "Movimentos" se não defrontam apenas no terreno político da palavra, mas fazem a sua política, sobretudo, por meio das armas.

A acção de Pinheiro de Azevedo e do chamado grupo dos "Novos" vai precisamente no sentido de restabelecer o clima hierárquico dentro das Forças Armadas, condição sine qua non que o governo para governar. Talvez a viagem de Costa Gomes à Polónia e União Soviética venha reforçar esta linha de acção, se atendermos a uma curta entrevista que Vasco Lourenço e Costa Neves deu aos jornalistas, no caminho de Varsóvia para Moscovo. A acreditar, no misto da "Capital", os dois militares portugueses referiram que os dirigentes "polacos lhes aconselharam a "não andar depressa demais com a Revolução e a não abrir guerra contra a Igreja, por razões éticas e também imunitárias, visto a maioria do povo ser católico". Vasco Lourenço acrescentou ainda que fundamentalmente a missão principal do Exército polaco é garantir a defesa nacional. E acrescentou "Existe no Exército de Polónia uma disciplina férrea, em bagunças nem possíveis para servir ordens".

No "Diário Popular" escreve o seu enviado especial referindo-se à mesma entrevista: "ambos os Conselheiros aderiram a disciplina do Exército polaco e de Académica que visitaram. Obviamente que a situação em Portugal foi posta em confronto de que se passa com os polacos e com os militares portugueses. As decisões, no Exército de Polónia, são tomadas pelos comandantes e se os superiores, mais directos, sobir uma Comissão Política que não interfere nas actividades e processo". Disse Glerek aos Conselheiros Portugueses que contribuíam para Portugal e se esse objectivo é, obviamente, desde a Inquirição ao fascismo. O secretário do Partido Comunista Polaco, no início de sua revolução, prejudicaram o andamento do processo. Diz Glerek que não se deve ir contra a vontade de milhares de ser da maioria do povo".

## Soldados sempre sempre ao lado do povo

A falta de uma análise científica da situação portuguesa leva determinadas organizações de esquerda a militarizar, como acima ficou dito, a

palavra soldado e povo; o modo de virte anos seria revolucionário pelo facto de ser soldado e realizaria essa revolucionaridade quando ao lado do povo. Tal raciocínio que vem sobretudo do Partido

Comunista e satélites volta-se contra eles mesmos quando os soldados do Norte e Centro do país estão ao lado do povo que eles classificam de reaccionário. O slogan, aparentemente revolucionário, aplicado à actual situação portuguesa sem mais distinções, é daqueles que pode levar soldados contra soldados porque leva povo contra povo.

Pinheiro de Azevedo tenta para evitar estes inconvenientes e criar um clima de autoridade, estabelecer o funcionamento das hierarquias dentro das Forças Armadas. Se a solução PC e satélites corre o risco de lançar povo contra povo por deficiência de uma análise científica correcta, por sua vez a solução Pinheiro de Azevedo, dentro do clássico e tradicional hierárquico, corre um outro risco também grave que é o de poder minar o fluxo revolucionário que deriva directamente das massas trabalhadoras, em que todo o país se deve transformar por imperativo de uma vontade intrínseca ao povo e já expressa revolucionariamente.